

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**João Marcelo Conte Cornetet**

**IDENTIDADE E INTEGRAÇÃO REGIONAL:  
Reflexões Teóricas e Sugestões para o Caso Sul-Americano**

Porto Alegre

2011

João Marcelo Conte Cornetet

**IDENTIDADE E INTEGRAÇÃO REGIONAL:  
Reflexões Teóricas e Sugestões para o Caso Sul-Americano**

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

Porto Alegre

2011

João Marcelo Conte Cornetet

**IDENTIDADE E INTEGRAÇÃO REGIONAL:  
Reflexões Teóricas e Sugestões para o Caso Sul-Americano**

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

---

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins (Orientador) – UFRGS

---

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik – UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo G. Fagundes Visentini – UFRGS

Porto Alegre, 1º de dezembro de 2011.

## AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial à minha mãe, Mariângela Conte Cornetet, ao meu pai, Marcelo Michelin Cornetet e à minha irmã, Betina Conte Cornetet, pelo amor, apoio, presença e, sobretudo, pelo exemplo que até hoje me fornecem;

A todos os meus amigos e amigas, por tudo que aprendo com nossa convivência e pelos momentos de descontração que fazem a vida passar mais rápido;

Aos amigos da turma cinco, com quem tenho convivido nos últimos quatro anos e com quem compartilho incontáveis histórias;

Ao Matheus Machado Hoscheidt, pelo companheirismo ao longo do último ano e pelos questionamentos que me trazem à dúvida e à busca pelo aperfeiçoamento;

À estrutura autônoma da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por me permitir a formação que venho construindo;

A todos os professores e funcionários ligados ao curso de graduação em relações internacionais, pelo trabalho incansável, em especial à Fabiana Westphalen;

Ao professor Dr. Paulo G. Fagundes Visentini, pelo trabalho em prol do curso e do estudo das Relações Internacionais no Brasil e pelo apoio dado ao longo de minha graduação;

Ao professor Dr. José Miguel Quedi Martins, pelo trabalho infatigável que vem desenvolvendo ao orientar todo estudante que venha lhe pedir auxílio, adicionando norte às intenções desses, multiplicando seus esforços, pelo tratamento fraterno e cordial que dispensa a todos, pela solicitude refletida nas diversas atividades de extensão que hoje coordena (Oficina de Estudos Estratégicos, Café Ásia etc.) e pelas inúmeras críticas importantes ao longo de toda a construção deste trabalho;

A Bernardo Sfredo Miorando, Bruno Guimarães, Bruno Magno e Eduardo Schindler, pelo apoio crítico dado também ao longo da construção do trabalho, inclusive lendo os manuscritos e tecendo importantes ressalvas;

A Igor Castellano da Silva, também pela leitura crítica do manuscrito, pela idealização de um grupo de estudos em Estado e identidade e por compartilhar suas visões sobre o tema pesquisado, inclusive recomendando bibliografia de importância chave.

Sem o apoio das pessoas acima, este trabalho não poderia ter sido realizado. Qualquer contrassenso presente no mesmo, contudo, é de responsabilidade do autor unicamente.

*Assim, dentro de um espírito antropológico, proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada — e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Ela é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão. (ANDERSON, 2006).*

## RESUMO

Questões envolvendo diferentes identidades (coletiva, nacional etc.) sempre influenciaram a política, tanto em âmbito nacional como internacional. Neste último caso, mais especificamente em processos de integração regional, a aproximação das sociedades depara-se com entraves identitários mais ou menos severos. Urge compreender melhor como se dá a relação entre identidades e relações internacionais, contribuindo para o debate sobre integração regional a partir de tal estudo. Para tanto, são resgatadas as obras de Kuniko Ashizawa e de Samuel Huntington. Tais trabalhos são complementares, ainda que tratem de objetos diferentes — Ashizawa analisa a política externa dos Estados e Huntington aborda a relação entre sociedades em níveis agregados. Desconstruímos os argumentos de rigidez cultural apresentados por Huntington resgatando a noção de comunidades imaginadas elaboradas por Benedict Anderson. Por fim, procuramos estabelecer a agenda mínima para um programa de pesquisas envolvendo identidade e integração sul-americana tendo como ponto de partida o arcabouço analítico desenvolvido.

Palavras-chave: América do Sul. Integração Regional. Unasul. Identidades nacionais. Identidade regional. Análise de Política Externa. Argentina. Brasil.

## **ABSTRACT**

Questions concerning different types of identities (collective, national etc.) have always influenced politics both on national and international level. In this last case, more specifically on processes of regional integration, the gathering of societies urges more or less severe identity difficulties. It is important for us to better understand how the relation between identities and international relations proceed, contributing to the debate on regional integration in this sphere. Aiming on such goal, we summon the works of Kuniko Ashizawa and Samuel Huntington. Such analyses are complementary, although they deal with different subjects — Ashizawa approaches the foreign policy of states and Huntington approaches the relations among societies in aggregate levels. We criticize the concepts proposed by Huntington of cultural immobility by exposing the ideas of imagined communities developed by Benedict Anderson. Last, we establish a minimum research agenda for studies involving identities and South America integration based on the analytic framework developed.

Keywords: South America. Regional Integration. Unasur. National Identities. Regional identity. Argentina. Brazil.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
1.1 Apresentação do trabalho .....	10
<b>2 CIVILIZAÇÕES E O SISTEMA INTERNACIONAL .....</b>	<b>12</b>
2.1 Atemporalidade da relação entre identidade e integração: o caso da Hélade .....	12
2.2 “O Choque de Civilizações” .....	16
2.3 Críticas e atualizações à Huntington no que tange o caso sul-americano .....	25
<b>3 AUTOIMAGENS NACIONAIS E POLÍTICA EXTERNA.....</b>	<b>27</b>
3.1 Conceitos de identidade .....	27
3.2 Identidade como fonte de comportamento dos Estados .....	30
<b>4 DIÁLOGO ENTRE AUTORES PARA UM PROGRAMA DE PESQUISAS EM IDENTIDADE E AMÉRICA DO SUL.....</b>	<b>35</b>
4.1 Comparando os autores .....	35
4.2 Autoimagens nacionais, análise de política externa e a integração sul-americana .....	37
4.3 Identidade cultural, imaginário coletivo e a integração sul-americana .....	40
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>51</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo geral compreender como se dá a relação entre identidades e integração regional. Como objetivo específico, busca-se contribuir para o debate sobre integração sul-americana, a qual poderá transcorrer sob a égide da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

O mundo atual é palco de mudanças que intrigam aqueles que pretendem estudá-lo. Por um lado, os avanços em transporte e comunicações aproximam sociedades e mercados. Esse processo, que costumamos chamar de globalização, tem seu ônus na desestruturação gerada marcadamente na periferia do sistema, e passa a sofrer resistência. O regionalismo surge como mediania entre a globalização antagonizada pela persistência de nacionalismos unindo Estados em objetivos comuns.

A relevância do tema se justifica por desenvolver tema atemporal na política: a importância das identidades em processos de integração. No caso do regionalismo sul-americano, o papel de conceitos como cultura e identidade segue relativamente pouco explorado. Ademais, a integração sul-americana é considerada prioridade da diplomacia brasileira, e é fundamental para o desenvolvimento e para a autonomia da região.

Uma série de fatores da conjuntura internacional colabora hoje com a regionalização no subcontinente sul-americano. Para o Brasil, esse cenário provê oportunidade de consolidar o seu projeto de espaço regional integrado, criando zona de paz, prosperidade e cooperação em seu entorno. A efetivação desse projeto permitiria ao país o exercício de sua liderança no bloco, tornando-se potencial polo regional, contribuindo positivamente para o sucesso de sua inserção no sistema internacional.

A prioridade dada pelo Brasil à integração regional é um compromisso constitucional do país: o parágrafo único do Art. 4º da Constituição Federal de 1988 prevê que “a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.” (BRASIL, 1988). Além disso, “estimular a integração da América do Sul” é uma das diretrizes previstas pela Estratégia Nacional de Defesa. (BRASIL, 2008, p. 17).

De fato, segundo Visentini (2008, p. 208), “as relações do Brasil com os vizinhos sul-americanos, e, especialmente, a construção de um espaço regional integrado no subcontinente

representa o principal objetivo para a diplomacia brasileira.” (tradução nossa) <sup>1</sup>. Pecequillo (2008, p. 148) coloca que “essa política [de integração] sul-americana assumiu *status* de prioridade ‘primeira’” para o Brasil.

Assim, ao buscar soluções que permitam o sucesso da integração do Brasil com os seus vizinhos, o trabalho se justifica pela sua contribuição a um eixo prioritário de ação da diplomacia brasileira. Ademais, há razões para acreditar que a efetivação do projeto brasileiro de integração sul-americana atenderia não só aos interesses do Brasil, como também ao bem comum das demais sociedades e Estados do subcontinente. Uma delas é o fato de que a estabilidade da região, a qual depende do desenvolvimento dos países (e vice-versa), é crescentemente considerada questão de segurança nacional pelos *policy makers* brasileiros. <sup>2</sup>

Há receio, no Brasil, de que crises políticas em seus vizinhos possam gerar *spillovers* (como ondas migratórias e penetração de grupos beligerantes) os quais, em última instância, prejudicariam a estabilidade da democracia brasileira.

O risco de ingerência de potências externas, por sua vez, também é fator securitizado em Brasília. Mantovani (2006, p. 7) alerta: “a crescente crise social e a escalada da presença de tropas e mercenários estadunidenses na região [da fronteira norte] nos forçam a uma reflexão mais profunda sobre as hipóteses de guerra envolvendo o Teatro de Operações da Amazônia.”. Segundo Khanna (2008, p. 208), a Colômbia se resume hoje ao status de “‘porta-aviões’ da América”. Considera-se que essas ingerências poderiam ser evitadas se um quadro de desenvolvimento, prosperidade e estabilidade fosse sustentado aos países do subcontinente.

Dessa forma, a estabilidade econômica do Brasil e a manutenção de sua soberania dependem do desenvolvimento econômico e social do seu entorno, e valores gerados por tal consciência vem sendo postos em prática pela diplomacia brasileira nos últimos anos<sup>3</sup>. Após avaliar qualitativamente a liderança brasileira na América do Sul, Kunrath (2010, p. 68) concluiu:

Conclui-se, finalmente, que a retórica do governo está de acordo com o conceito de

<sup>1</sup> Brazil’s relations with its South American neighbors and, in particular, the built of an integrated regional space in the subcontinent stand for the main goals of the nation’s diplomacy.

<sup>2</sup> Para entender esse ponto, cabem alguns comentários sobre a agenda de segurança da região. Buzan e Waeber (2003, p. 310) indicam quatro principais temas à agenda de segurança do “complexo regional sul-americano”. (1) A recorrência de tensões fronteiriças e disputas territoriais; (2) o fator cultural; (3) os *spillovers* das políticas domésticas dos países; (4) a ingerência de potências externas, geralmente denominada imperialismo. O terceiro e o quarto desses temas (*spillovers* das políticas domésticas e risco de ingerência de potências externas) parecem gerar consciência crescente por parte da diplomacia brasileira de que a estabilidade do Brasil depende da de seus vizinhos. A forma sincronizada como se dão as tendências políticas históricas nos países da região evidenciam as interdependências.

<sup>3</sup> O recente consentimento com as estatizações de petrolíferas brasileiras na Bolívia e a renegociação do preço pago ao Paraguai pela sua energia da Itaipu ilustram a ideia.

Gramsci, parecendo que o Brasil tem atuado em bases não-coercitivas, mas sim generosas. [...] A hipótese de que a integração regional está baseada na cooperação e no diálogo, portanto, procede, embora se deva ressaltar que o Brasil, como líder, deve se empenhar mais para manter os países dentro do seu projeto de integração. Ademais, somente econômica e politicamente unida, a América do Sul poderá desatar os nós que ainda a prendem em um passado de exploração colonial igualmente comum a todos os países sul-americanos.

Nesses casos, os interesses dos países da região coincidem, e o projeto apoiado pelo Brasil (Unasul) tende a ser positivo para demais países da região. Assim, justificamos a relevância do tema pela prioridade dada à integração pela diplomacia brasileira, pela importância que a união da América do Sul representa para o desenvolvimento de seus países e, por fim, pela constatação de que há relação entre identidades coletivas e processos de integração regional. Segundo Watson (2004, p. 428-430):

Uma rede global mais firme de interesses e de pressões talvez não impeça que afinidades e práticas culturais tradicionais se reafirmem, se a revolta contra a dominância ocidental levar nossa sociedade na direção de agrupamentos de Estados semelhantes. As confederações regionais, as comunidades e os agrupamentos semelhantes parecem refletir a afinidade cultural e a proximidade geográfica, bem como a complementaridade econômica. [...] Associações de Estados com laços geográficos e culturais estão começando a tomar forma na América Latina, na África tropical, no Sudeste da Ásia e no mundo islâmico.

No mundo atual, então, há indícios de uma relação ainda não inteiramente desvendada entre identidade cultural e integração regional. São raros os aprofundamentos sobre o tema e numerosas as críticas acerca da falta de solidez analítica dos conceitos de identidade. Assim, cabem pesquisas que clarifiquem e situem o papel de identidades na teoria das relações internacionais.

## **1.1 Apresentação do trabalho**

Para o estudo do papel cumprido pela identidade nos processos contemporâneos de integração procurou se confrontar dois autores: Kuniko Ashizawa e Samuel Huntington. A ideia inicial era realizar um estudo comparado de teorias tendo em tela o problema da pesquisa. Contudo, no curso dos trabalhos verificou-se que as perspectivas de Ashizawa e Huntington, antes de serem opostas eram complementares. Acredita-se que o autor aborda as relações internacionais como um todo, enquanto que a autora trata de um aspecto específico dessas, a formulação da política externa.

Desse modo, ao invés de confrontar teorias, o trabalho procurou traçar dois modelos:

de relações internacionais e de política externa. Este é o tema dos dois próximos capítulos do trabalho. No último, procurou-se estabelecer a agenda mínima para um programa de pesquisas envolvendo identidade em ambos os níveis de análise.

No II capítulo, estudaremos o caso da Hélade do século IV a.C, ilustrando a atemporalidade do tema do trabalho. Em seguida, analisaremos a obra de Huntington (1997), o qual afirma que, após o término da Guerra Fria, o mundo teria se dividido em civilizações, agrupamentos de países com identidade cultural.

No III capítulo, veremos o trabalho de Ashizawa (2008), o qual explica como a identidade de Estado, conceito desenvolvido pela autora, influi na política externa dos países. A obra da autora baseia-se na subdisciplina de relações internacionais Análise de Política Externa e na filosofia das ciências sociais.

No IV capítulo, veremos que os trabalhos de Ashizawa e Huntington são complementares, ainda que tratem de objetos diferentes: Ashizawa analisa a política externa dos Estados e Huntington aborda as relações internacionais em geral, ou as relações entre sociedades em níveis agregados. Resgatamos as ideias de Benedict Anderson (2006) de comunidades imaginadas para opor os argumentos conservadores de Huntington de rigidez cultural, argumentos os quais omitem o dinamismo e a interatividade da cultura.

Por fim, situamos as visões abordadas previamente no debate sobre integração regional. Tendo como base o arcabouço conceitual desenvolvido, apresentamos sugestões de pesquisas normativas pró-união sul-americana com foco na questão identitária, abordando o complexo processo de construção política de identidades coletivas e a influência que noções de identidade podem exercer em processos de formulação de política externa.

## 2 CIVILIZAÇÕES E O SISTEMA INTERNACIONAL

Identidades pesam na tomada de decisões desde os primórdios da política internacional. Neste capítulo, estudaremos o caso da Hélade durante o século IV a.C, comprovando tal hipótese. Posteriormente, analisaremos as ideias de Samuel Huntington presentes em *O Choque de Civilizações*, apresentando suas concepções sobre a conjuntura global e latino-americana. Depois, teceremos críticas ao autor prestando atenção especial ao caso sul-americano.

### 2.1 Atemporalidade da relação entre identidade e integração: o caso da Hélade

A atemporalidade de temas identitários presentes na política internacional pode ser observada em análise de um caso específico: as mudanças políticas ocorridas na Hélade durante o século IV a.C., episódio particularmente interessante por transcorrer ao mesmo tempo em que filósofos fundavam a filosofia política clássica. Como veremos, eventos políticos impeliram os pensadores a refletirem e se posicionarem sobre a temática desse trabalho, munindo-nos com algumas lições iniciais.

Demóstenes, orador que participava ativamente da política de Atenas, foi um ferrenho crítico à expansão de Felipe II da Macedônia (359 a.C.-336 a.C.) sobre as pólis gregas. Opunha-se ao projeto pan-helênico, o qual previa uma aliança entre todos os Estados gregos sob liderança macedônica, arranjo o qual os protegeria dos persas. Assim, Demóstenes considerava os macedônios bárbaros<sup>4</sup> e denunciava o expansionismo macedônio como perigo maior à Grécia do que a ameaça persa. (GONZÁLEZ, 1990).

A questão identitária estava presente nas pólis gregas em dois projetos políticos concorrentes: o primeiro, pró-Felipe/Macedônia, evocava um “pan-helenismo greco-macedônico”, excluindo os persas; o segundo, anti-Felipe/Macedônia, enaltecia a identidade

---

<sup>4</sup> **Bárbaros** – “A palavra ‘bárbaro’ provem do grego antigo, *βάρβαρος*, e significa ‘não grego’. Era como os gregos designavam os estrangeiros, as pessoas que não eram gregas e aqueles povos cuja língua materna não era a língua grega. Principiou por ser uma alusão aos persas, cujo idioma cultural os gregos entendiam como ‘bar-bar-bar’”. (OXFORD ENGLISH DICTIONARY). Análises da Psicologia Política associam a utilização histórica do termo bárbaro como “o outro” excluído de determinado grupo com identidade compartilhada. Segundo Cottam, Dietz-Uhler *et al.* (2010, p. 55), “a imagem do bárbaro aparece quando uma ameaça intensa é percebida como sendo emanada por uma entidade política vista como superior em termos de capacidade, mas inferior culturalmente.” (tradução nossa. Original: “the barbarian image appears when an intense threat is perceived as emanating from a political entity viewed as superior in terms of capability, but as inferior culturally”).

grega entre as pólis, considerando os macedônicos bárbaros. Dessa forma, o panorama político ateniense apresentava “uma sociedade dividida entre partidários e críticos de Felipe.” (GONZÁLEZ, 1990, p. 18). Embora os fatores econômicos e militares tenham determinado, por fim, a vitória do primeiro projeto, é interessante notar os discursos identitários a que as lideranças de ambos os lados alçavam mão para angariar respaldo nas regiões contestadas<sup>5</sup>. González (1990, p. 16) coloca:

Para muitos contemporâneos de Demóstenes, Felipe era um adversário, um bárbaro, um forasteiro. Para outros era um grego, ainda que do norte, de mais além da Tessália, mas era, no fim das contas, um grego, com uma visão de futuro acertada e ideias políticas interessantes. (tradução nossa).<sup>6</sup>

Posteriormente, Aristóteles, filósofo ateniense, é chamado para tutorar Alexandre III da Macedônia, que viria a suceder Felipe II. Diz-se que foi nessa época que o Estagirita desenvolveu suas reflexões acerca da filosofia política, algumas das quais veremos agora. Segundo Aristóteles (1998, p. 1-3), o Estado é uma sociedade de homens que procuram o seu bem, e as pólis se formam naturalmente conforme se dá a evolução dos clãs em aldeias e então em cidades. Da análise de Aristóteles, pode se desprender certo caráter congênito de identidade na formação das cidades (uma vez que essas se originariam de famílias), e assim é latente a coesão identitária no núcleo de poder, estando os estrangeiros privados da cidadania.

Ainda, as pólis são formadas por seus cidadãos — aqueles com participação no poder de sua pátria. Segundo o filósofo, “o que constitui propriamente o cidadão, sua qualidade verdadeiramente característica, é o direito de voto nas Assembleias e de participação no exercício do poder público em sua pátria.” (ARISTÓTELES, 1998, p. 42). Ficam excluídos dessa categoria estrangeiros, escravos e mulheres. Aristóteles aponta que cidades com proporção de não cidadãos maior que de cidadãos são difíceis de serem governadas<sup>7</sup>. O ideal, assim, seriam Estados não muito grandes administrados por seus cidadãos. Afinal, “em suma, a grandeza de um Estado deve limitar-se à quantidade de habitantes que se pode alimentar

<sup>5</sup> Historicamente, discursos identitários foram articulados de forma a permitir a mobilização de recursos para o uso da força. É o cerne dos argumentos nacionalistas que permitiram diversas guerras do século XX, das grandes guerras aos conflitos civis iugoslavos.

<sup>6</sup> Para muchos contemporâneos de Demóstenes, Filipo era um advenedizo, um bárbaro, um forasteiro. Para otros era um griego, bien es cierto que del norte, de más allá de Tesalia, pero um griego al fin y al cabo, com uma visión de futuro acertada y unas ideas políticas interesantes.

<sup>7</sup> Aristóteles (1998, p. 86) coloca que “é o número extraordinário de cidadãos que constitui uma grande cidade, um grande Estado”, lembrando que escravos, domiciliados e estrangeiros não são cidadãos. Assim, “não pensaremos em chamar de ‘grande’ a Cidade de onde vêm muitos operários e poucos guerreiros. ‘Grande’ e ‘povoado’ são duas coisas distintas”. Por fim, o Estagirita coloca: “é difícil – a experiência prova até que é quase impossível – que um Estado ou mesmo uma cidade muito povoada seja bem governada. Dentre aquelas que consideramos bem policiadas, não vemos nenhuma cuja população seja excessiva”. Ao que nos parece, Aristóteles observou que Estados com muitos estrangeiros podem perder coesão política interna. (ARISTÓTELES, 1998, p. 86).

facilmente e cujo conjunto pode ser reconhecido num só olhar.” (ARISTÓTELES, 1998, p. 88).

Colocamos aqui essas reflexões de Aristóteles pois as mesmas seriam pelos críticos da ingerência de estrangeiros sobre assuntos gregos. Tal discussão seria trazida à tona nas pólis com o projeto helenístico de Alexandre III, o Grande, que envolvia fusão de elementos das sociedades persas e gregas sob a égide do Império da Macedônia. Em passagens da biografia de Alexandre, encontramos casos em que isso se evidencia. Durante sua cruzada pelo oriente, Alexandre mediou o conflito civilizacional entre “bárbaros” e gregos de forma a aumentar o seu poder, conforme conta Plutarco (2004, p. 110), referindo-se à atitude de Alexandre após sua chegada à Hircânia:

Alexandre aproximou-se ainda mais dos costumes dos bárbaros, que ele também se esforçou em modificar mediante a introdução de hábitos macedônicos, com a ideia de que essa mistura e essa comunicação recíproca de costumes dos dois povos, cimentando sua mútua benevolência, contribuiriam mais do que a força para solidificar seu poder.

Ainda, observa-se a dominação cultural direta por vias educacionais:

Escolheu [entre os bárbaros] trinta mil crianças e mandou que lhes ensinassem o grego e as instruissem nos exercícios militares macedônicos. Encarregou vários professores de dirigir sua educação. (PLUTARCO, 2004, p. 110).

Com a legitimação de Alexandre como Xá da Pérsia, a dinâmica de fusões culturais conflituosas e sua relação com o poder no Império se desdobrariam em alguns episódios notáveis. Conforme Alexandre incorporava costumes da cultura persa e indiana — por exemplo, casando-se com Roxana, princesa persa, e aderindo ao *proskynesis* (reverência honrosa ao rei praticada tradicionalmente pelos militares persas), um sentimento de insatisfação cresceu entre seus generais, respaldados pela ideia de Aristóteles de que estrangeiros não deveriam exercer influência sobre o Estado. Desenvolvia-se um conflito acerca de projetos político-identitários divergentes.

Clito, general de Alexandre que antes lhe salvara a vida, expressou sua indignação com a postura do imperador para com os “bárbaros”<sup>8</sup>, sendo então assassinado pelo imperador. (PLUTARCO, 2004, p. 118-119). Posteriormente, Calístenes, orador grego discípulo de Aristóteles que viajava com Alexandre, demonstrou sua insatisfação com o que se passava na corte. Recusando-se a venerar o rei à maneira persa (*proskynesis*), que considerava humilhante — assim como macedônios mais velhos —, foi enviado à morte,

<sup>8</sup> Segundo conta Plutarco (2004, p. 119), Clito citou o seguinte verso de Andrômaca, de Eurípedes: “Oh, grandes deuses! Que mau costume na Grécia se introduz!”.

demonstrando a “animosidade (de Alexandre) contra Aristóteles.” (PLUTARCO, 2004, p. 122-127). Por fim, as crianças persas que Alexandre mandara educar cresceram e ganharam a admiração do imperador, gerando indignação de seus generais macedônios, pelo que Alexandre os afastou, passando a sua guarda pessoal àqueles jovens persas. (PLUTARCO, 2004, p. 152).

Dessa forma, observamos uma dinâmica identitária marcante na campanha expansionista macedônica entre 360 a.C. e 323 a.C. (reinados de Felipe II e Alexandre III). O discurso identitário macedônico primeiro logrou unir a Grécia (período de Felipe) e então buscou, com menor sucesso, incorporar reinos do Oriente (período de Alexandre). Nesses próis, o Império lançou mão da difusão de elementos culturais acrônicos, que são evocados ainda hoje, como símbolos e mitos — divindade de Alexandre alegada em diferentes religiões, imagem de sua invencibilidade <sup>9</sup> —, religião — propagação da religião grega pagã <sup>10</sup> —, língua etc.

Assim, a importância da formação do imaginário coletivo <sup>11</sup> é considerada na tomada de decisão dos políticos no mínimo desde antiguidade. A construção da identidade consiste em uma forma em geral menos custosa de se reforçar a coesão da unidade política almejada. Havendo, em determinado contexto, concorrência de projetos político-identitários diferentes — como o de Aristóteles, mais cético, e o de Alexandre, multiculturalista —, se faz necessária a análise das vantagens e desvantagens de cada um para que se possa obter conclusões assertivas.

A análise de experiências históricas parece explicitar a importância de identidades que incentivem um tabuleiro internacional equilibrado. Desse ponto de vista, o projeto helenístico de Alexandre, antiaristotélico e construído pela força (império), teria sido negativo ao cobrar fusões culturais agressivas e, pelo que a história mostrou, talvez inviáveis.

<sup>9</sup> Alexandre, ao atingir o Ganges, preparando-se para retornar a Grécia, inventa “uma infinidade de artifícios enganadores e sofisticos para alimentar a opinião pública exagerada de sua glória. Mandou, com efeito, fabricar armas, manjedouras para cavalos de tamanho extraordinário, freios de peso maior que os comuns; e espalhou esses objetos em toda a parte, no campo” (PLUTARCO, 2004, p. 137). Considera-se que Alexandre foi o maior fabricante de mitos antes de César.

<sup>10</sup> Plutarco (2004, p. 137) diz que o macedônico “ergueu também, em honra dos deuses, altares que os reis dos persas ainda veneram: eles passam todos os anos no Ganges, para ali fazer sacrifício à moda dos gregos”.

<sup>11</sup> **Imaginário** – segundo Castellano (2008, p. 26), “a acepção do termo refere-se a imagens. Trata-se do espectro de imagens compreendido do intervalo que vai da imaginação coletiva ao inconsciente coletivo (Jung). Originalmente, o termo foi empregado por Levy-Strauss e, desde então, tem sido utilizado regularmente por Gilbert Durand. [...] O termo imaginário é utilizado aqui para designar o conteúdo imagético da cultura nacional-popular que não pode ser reduzido a uma síntese lógico-formal. [...] Ao contrário do positivismo, Strauss e Durand usam a expressão para designar uma catarse inconclusa, um conteúdo que, quer sob sua aparência consciente (racional) ou inconsciente, tem na imagem a recorrência necessária para sua tradução.” Para aprofundamentos, ver Gilbert Durand. Algumas obras importantes: *A imaginação simbólica*. São Paulo: Cultrix, 1988; *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Lisboa: Presença, 1989.

No caso da América do Sul atual, denominador comum das reflexões deste trabalho, o estabelecimento de uma região política integrada seria positivo para os países do subcontinente. Além de integrar uma região em que as culturas nacionais não diferem relativamente tanto, a coesão política fortaleceria os países frente a reais ameaça externa: o aumento do uso da força nas relações internacionais, promovido sobretudo pelas grandes potências através da guerra assimétrica <sup>12</sup>. Ademais, dado o acirramento da competitividade do comércio global, promovido por práticas econômicas agressivas de países do Leste Asiático, a inserção das economias sul-americanas depende cada vez mais de escala <sup>13</sup>, a qual poderia ser atingida por uma zona econômica integrada no subcontinente.

## 2.2 “O Choque de Civilizações”

Constatada a atemporalidade do tema do trabalho, resgataremos criticamente análises científicas mais recentes sobre o mesmo. Samuel Huntington evocou o conceito de identidade cultural para construir uma análise realista civilizacional <sup>14</sup> da conjuntura de violência que observava. O autor se destaca pela crítica ao argumento liberal de que o término da Guerra Fria teria significado o *fim da história* <sup>15</sup>.

Apresentaremos as contribuições teóricas e conceituais do livro *O Choque de Civilizações*. Ainda que tal obra venha sendo vastamente criticada desde sua publicação <sup>16</sup>, sendo o artigo que a precedeu o mais criticado de toda a história da revista norte-americana em que foi publicado (*Foreign Affairs*), buscaremos resgatar conceitos teóricos interessantes para os fins deste trabalho.

Huntington resgata a análise civilizacional das relações internacionais antes evocada

---

<sup>12</sup> **Guerra assimétrica** – Segundo Mantovani (2006, p. 166), “Denominamos de guerra assimétrica o uso sistemático de meios militares para obter condições diplomáticas e econômicas favoráveis. Cumpre reiterar que a assimetria não está relacionada fundamentalmente com a desproporção de forças dos contendores, mas com o uso da guerra para fins que não são os da política de Estado, mas sim o desiderato de certos grupos de pressão localizados.”

<sup>13</sup> **Economia de escala e retornos crescentes de escala** – Conceitos desenvolvidos por Paul Robin Krugman e outros economistas, propõe que o tamanho do mercado é essencial para determinar a vantagem de uma economia em relação a outra nas relações comerciais. Ver Masahisa, Krugman e Venables (2002).

<sup>14</sup> Huntington não é o único acadêmico da escola realista que incorpora elementos culturais em sua análise. Em seu livro *Cultural Realism*, Johnston (1998) sugere que as raízes da *realpolitik* podem ser subjetivas e não predominantemente estruturais.

<sup>15</sup> Argumento desenvolvido em Fukuyama (1992).

<sup>16</sup> Críticas sobre a obra argumentam que suas hipóteses são baseadas em provas circunstanciais, que o papel da política na mediação de valores é menosprezado, que a categorização de civilizações fixas omite a interatividade e o dinamismo da cultura (SAID, 2001) etc.

por autores como Fernand Braudel e Emmanuel Wallerstein e a atualiza com a realidade do pós-Guerra Fria. Civilização e cultura são conceitos que se intercalam nos estudos dos aspectos subjetivos que influenciam as relações internacionais. Segundo Braudel, tanto uma como a outra envolve “os valores<sup>17</sup>, as normas, as instituições e os modos de pensar aos quais sucessivas gerações numa determinada sociedade atribuíram uma importância fundamental”. É nesse sentido que o historiador francês define civilização como uma “área cultural.” (BRAUDEL, 1980 apud HUNTINGTON, 1997, p. 46).

Uma civilização é uma unidade máxima cultural — tudo o que abrange possui elementos em comum, e não cabe incorporá-la dentro de entidade maior. Em níveis menores, há uma malha perplexa de identidades religiosas, nacionais, subnacionais, de grupos étnicos etc. Todas essas, porém, convivem sob o hipotético guarda-chuva da civilização. Assim, um porto-alegrense poderá ver-se como torcedor de seu time, identificar-se com seu conterrâneo de outro time pelos costumes e identificar-se com seu compatriota de São Paulo pelo respeito a símbolos nacionais. Ainda, ao entrar em contato com um argentino e um malawiano, um brasileiro teria provavelmente mais em comum com o latino. A civilização, segundo Huntington (1997, p. 47), seria “o mais alto agrupamento cultural de pessoas e o mais amplo nível de identidade cultural que as pessoas têm aquém daquilo que distingue os seres humanos das demais espécies”. Em termos mais vagos, “as civilizações são o maior ‘nós’ dentro do qual nos sentimos culturalmente à vontade.” (HUNTINGTON, 1997, p. 48).

Essas civilizações seriam definidas por elementos como língua, tradições, símbolos, heróis, etnia, religião, “autoidentificação subjetiva” etc. Huntington é criticado por misturar tantos critérios para dividir civilizações, carecendo de rigor na definição desses conceitos, como cultura e religião, os quais são por si só complexos e de delimitação polêmica. Segundo sua categorização, são essas as atuais civilizações: civilização sínica, nipônica, hindu, budista, islâmica, ocidental, latino-americana, ortodoxa e subsaariana (FIG. 1). Ainda, haveriam “estados solitários”, como a Etiópia, o Haiti e Israel, os quais flutuariam entre esferas de influência de civilizações.

---

<sup>17</sup> **Valores** – Segundo Boudon et al. (1990, p. 249), “são a expressão de princípios gerais, de orientações fundamentais e primeiramente de preferências e crenças coletivas. Em toda a sociedade, a determinação dos objetivos efetua-se a partir de uma representação do desejável e manifesta-se em ideais coletivos. Tais valores, que, sistematicamente ordenados, se organizam numa visão do mundo, aparecem muitas vezes como um dado irreduzível, um núcleo estável, um conjunto de variáveis independentes”.

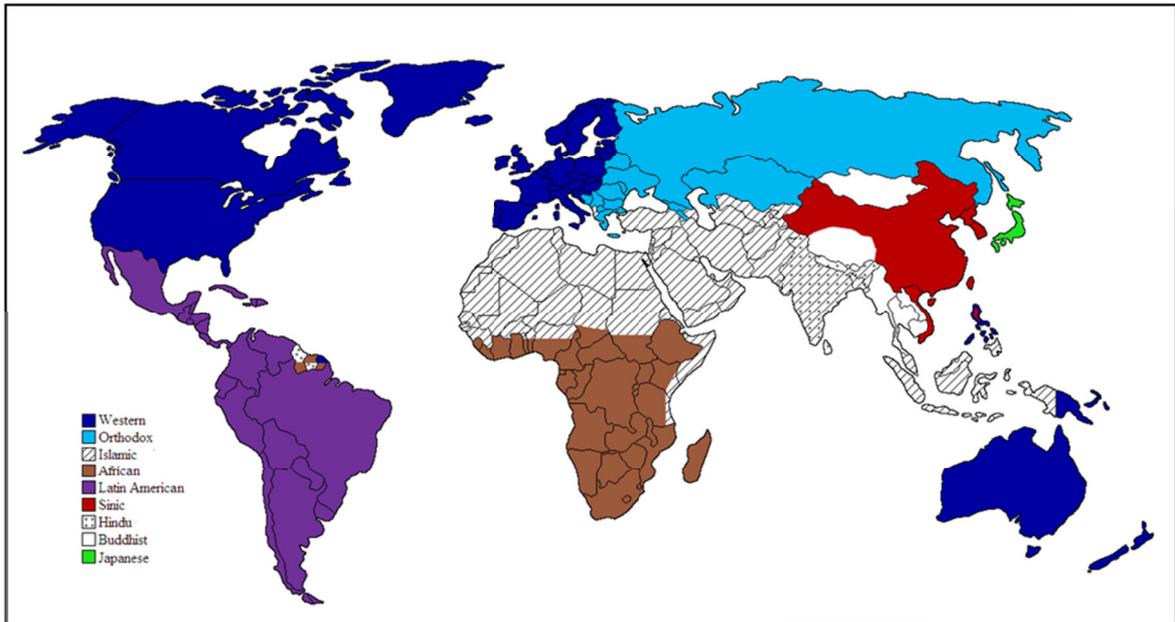


Figura 1 - Mapa de o Choque de Civilizações. Fonte: Wikimedia. Dados de Huntington (1997, p. 26-27).

A delimitação das fronteiras da identidade coletiva, com exclusão dos que não pertencem a determinado grupo, é tema considerado central aos estudiosos da identidade. Segundo Huntington (1997, p. 158):

A identificação em qualquer nível — pessoal, tribal, racial, civilizacional — só pode ser definida em relação a uma “outra” — uma pessoa, tribo, raça ou civilização diferente. [...]. O “nós” civilizacional e o “eles” extracivilizacional é uma constante na História da Humanidade.

Essas diferenciações entre “iguais” e “bárbaros” estaria ligada a alguns pontos: (1) sentimento de superioridade (ou de outro grau de forte diferença) àqueles de fora do grupo; (2) falta de confiança recorrente com relação aos diferentes; (3) dificuldade de comunicação com os diferentes (essa proporcional ao nível de diferenciação)<sup>18</sup>; (4) falta de familiaridade com hábitos e práticas sociais, motivações, costumes etc., o que prejudica a comunicação, agravando o item anterior. (HUNTINGTON, 1997, p. 159).

Esse princípio de exclusão do outro para definição da identidade justifica o porquê de muitas nações terem sido fundadas historicamente após engajamento em uma guerra. O conflito exclui o inimigo da identidade nacional em formação e fortalece a união dos

<sup>18</sup> A dificuldade de comunicação se dá ora por questões idiomáticas, ora por questões culturais e educacionais de como se considera adequado dialogar.

vencedores<sup>19</sup>. O autor lembra que inimigos externos reduzem conflitos dentro dos países, dando a situação do Paquistão em 1991 como exemplo, quando uma sensação generalizada de antiamericanismo unira os diferentes grupos do país. (HUNTINGTON, 1997, p. 317).

Sobre a mutabilidade das civilizações, elementos autóctones<sup>20</sup> teriam um poder de determinação muito grande, sobretudo em momentos de crise. Quando a identidade é questionada, o autor afirma que as pessoas se voltariam a suas raízes:

O que conta para as pessoas [quando a identidade é questionada] é sangue e crença, fé e família. As pessoas se congregam com as que têm semelhanças de ascendência, religião, idioma, valores e instituições, e se distanciam daquelas com diferenças nesses aspectos. (HUNTINGTON, 1997, p. 154).

Países divididos seriam entidades heterogêneas por incluírem dois ou mais grupos — religiosos, étnicos etc. — fortemente relevantes (HUNTINGTON, 1997, p. 169). Huntington é cético com relação ao futuro desses países (há uma possibilidade real de violência e separatismo). O autor apresenta a possibilidade de mutabilidade das fronteiras das civilizações com certo receio:

Para que um país dividido possa ter êxito na redefinição de sua identidade civilizacional, é preciso satisfazer pelo menos três requisitos. Primeiro, a elite econômica e política do país precisa, de forma geral, apoiar essa ação e se entusiasmar por ela. Segundo, o público tem que, pelo menos, aquiescer com essa redefinição de identidade. Terceiro, os elementos predominantes na civilização anfitriã, [...], precisam estar dispostos a abraçar os convertidos. O processo de redefinição de identidade será prolongado, interrompido e doloroso do ponto de vista político, social e cultural. Além disso, **com base nos registros históricos, ele vai fracassar.** (HUNTINGTON, 1997, p. 172, grifos nossos).

Defendendo essa hipótese, o autor apresenta as dificuldades da ocidentalização do México, institucionalizada sob a égide do NAFTA, e, mais emblemático, os vaivéns tumultuosos da inserção cultural da Turquia no Ocidente. Quanto a essas e outras tentativas de se incorporar ao Ocidente sociedades não ocidentais, o autor afirma que nenhuma teria alcançado êxito. Acrescenta:

Os líderes imbuídos da ilusão de pensar que podem refazer suas sociedades parecem fadados ao fracasso. [...] não são capazes de reprimir ou eliminar de modo permanente os elementos centrais de sua cultura autóctone. (HUNTINGTON, 1997, p. 192).

<sup>19</sup> Como ocorreu na fundação do império alemão após a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), na independência dos Estados Unidos após a Guerra Revolucionária Americana (1775–1783) contra o Reino de Grã-Bretanha e em outros casos.

<sup>20</sup> **Autóctone** – “que ou quem é natural do país ou da região em que habita e descende das raças que ali sempre viveram; aborígene, indígena. 2 que se origina da região onde é encontrado, onde se manifesta.” (HOUAISS, 2010).

Achamos que o autor desmerece o fato de que as próprias religiões — as quais, de acordo com Huntington, fundamentam as civilizações — são adaptadas historicamente em consonância com projetos políticos e econômicos dominantes entre as elites. As dificuldades inerentes a alguns desses processos, que de fato podem ser longos e custosos, são o que inspiram o ceticismo aos que questionam suas chances de sucesso. A instauração do protestantismo na Europa concomitante às reformas burguesas, a incorporação do cristianismo monoteísta pelo império romano, posteriormente adaptando-o para agregar traços germânicos, e o dinamismo das religiões nas Américas evidenciam a importância do sincretismo<sup>21</sup> nesse âmbito.

Assim, o olhar civilizacional sobre o mundo o encontraria hoje rachado por agrupamentos moldados sobretudo pela crença, mas também por outros critérios culturais. Os Estados mais poderosos e culturalmente mais importantes das civilizações são seus *Estados-núcleos*: as principais fontes de irradiação de cultura do grupo (HUNTINGTON, 1997, p. 167). Os Estados-núcleos são centros de dinamismo socioculturais, podendo existir mais de um por civilização (como é o caso da civilização Ocidental<sup>22</sup>), um (como é o caso da civilização sínica) ou zero (como é o caso da África subsaariana). Esses Estados-núcleos teriam a função de ordenar os demais Estados de uma civilização, contando, para tanto, com legitimidade. Segundo o autor:

Uma civilização é uma família ampliada e, como os membros mais velhos de uma família, os Estados-núcleos proporcionam aos seus parentes apoio e disciplina. Na ausência desse laço de parentesco, fica limitada a capacidade de um Estado mais poderoso de resolver conflitos e impor a ordem na sua região. (HUNTINGTON, 1997, p. 195).

Sobre a conjuntura recente, dois elementos se destacariam a partir do fim do século XX: modernizações socioeconômicas e aumento da importância das religiões. Com a queda do protagonismo das ideologias no final do século XX, as pessoas depararam-se com as desconstruções promovidas pelo liberalismo e buscaram novos propósitos, tentando encontrá-los nos elementos mais tradicionais de suas culturas, os pontos mais originalmente autóctones:

---

<sup>21</sup> **Sincretismo** – Segundo Wikipedia (2011), “Sincretismo (do grego συγκρητισμός, originalmente ‘coalização dos cretenses’) é uma fusão de doutrinas de diversas origens, seja na esfera das crenças religiosas, seja na das crenças filosóficas. A origem se deve provavelmente a Plutarco no capítulo ‘amor fraternal’ no seu ‘Moralidades’, onde comenta que os cretenses esqueciam as diferenças internas a fim de se unir e combater um mal maior”.

<sup>22</sup> O autor entende a atual civilização ocidental como dependente de um núcleo europeu franco-germânico e de um núcleo estadunidense.

As pessoas não vivem apenas em função da razão. [...] Em épocas de mudanças sociais rápidas, as identidades estabelecidas se desfazem, a personalidade precisa ser redefinida e novas identidades precisam ser criadas. [...] As pessoas se defrontam com a necessidade de determinar: quem sou eu? Onde me encaixo? A religião fornece respostas atraentes. (HUNTINGTON, 1997, p. 118)

Com o término da Guerra Fria, a religião ganhou maior preponderância na identificação das pessoas que outros elementos <sup>23</sup>, sobretudo pelo vácuo que a queda das ideologias da Guerra Fria deixou. Nas palavras do autor:

Quaisquer que sejam as metas universalistas que possam ter as pessoas, as religiões lhes dão uma identidade ao estabelecer uma distinção básica entre crentes e não-crentes, entre um grupo “de dentro”, superior, e um grupo “de fora”, diferente e inferior. (HUNTINGTON, 1997, p. 119).

A modernização cultural e socioeconômica que se espalhou pelo mundo fortaleceu, ainda que paradoxalmente em primeira análise, as religiões (fundamentalistas ou não). Isso se deu porque “a religião, autóctone ou importada, proporciona os meios e o rumo para as elites emergentes nas sociedades que se estão modernizando.” (HUNTINGTON, 1997, p. 124). Por este ponto de vista, a modernização desejada pelos liberais, com suas desconstruções generalizadas, é idealista: símbolos de identificação subjetivos precisam ser mantidos em alguma instância, como as ideologias que precederam o retorno da religião ou os nacionalismos que precederam a ascensão da ideologia. O universalismo kantiano liberal se esvai no platonismo em que teve origem.

À descrença em unidades políticas divididas em múltiplas culturas, acrescenta-se a descrença de uma única cultura superior a impor-se naturalmente sobre múltiplas unidades políticas: o universalismo, defendido em maior e menor grau pelos liberais. Trata-se da “tendência de tornar universal uma religião, uma ideia, um sistema etc., fazendo com que se dirija ou abranja a totalidade e não um grupo particular.” (HOUAISS, 2001). Segundo Huntington (1997, p. 228):

O colapso do comunismo [...] reforçou no Ocidente a noção de que sua ideologia de liberalismo democrático tinha triunfado em escala global e que, portanto, tinha validade universal. [...] [Contudo,] o que é universalismo para o Ocidente é imperialismo para o resto.

É nesse sentido que Huntington é aristotélico — fosse analisar a expansão macedônica do Século IV AC, alertaria sobre a inconsistência do expansionismo de Alexandre que dava à

---

<sup>23</sup> A título de curiosidade, a resposta encontrada pelas populações latino-americanas ao vácuo identitário criado no final do século passado teria sido o resgate do cristianismo (dito autóctone), traduzindo-o ao evangelismo pentecostal, versão a qual produziria resposta mais ampla às necessidades espirituais da população. (HUNTINGTON, 1997, p. 120).

ideia de Hélade concepção universal. Assim, embora seja cético com relação ao multiculturalismo dentro de um país, Huntington (1997, p. 405) afirma que “um mundo multicultural é inevitável, porque o império global é impossível.” A preservação dos países e das civilizações exige que se renovem e se fortaleçam suas identidades. A universalidade de valores ocidentais é falsa, imoral e perigosa, e a paz e a segurança globais dependeriam da aceitação de que o mundo em si seria dividido por diferentes culturas. (HUNTINGTON, 1997, p. 395).

Quanto aos processos de integração, tema central deste trabalho, o autor coloca que traços culturais comuns teriam forte importância:

Esporeada pela modernização, a política mundial está sendo reconfigurada segundo linhas culturais. Os povos e os países com culturas parecidas estão se juntando. Os povos e os países com culturas diferentes estão se afastando. [...] As fronteiras políticas estão cada vez mais sendo redesenhadas para coincidir com as fronteiras culturais: étnicas, religiosas e civilizacionais. [...] No mundo novo, a identidade cultural é o fator essencial para moldar as associações e os antagonismos de um país. (HUNTINGTON, 1997, p. 153).

Essa relevância de coerência cultural se aplicaria a organizações de toda ordem: políticas, de segurança, econômicas <sup>24</sup> etc. Por fim, “as organizações de uma só civilização fazem e conseguem mais coisas do que as organizações multicivilizacionais.” (HUNTINGTON, 1997, p. 161).

No que diz respeito à América Latina, considera-se secundário o enfoque dado à região em *O Choque de Civilizações*. Huntington a toma como fraca e dependente do Ocidente (América do Norte e Europa), não tendendo a envolver-se em conflitos com as potências do norte (HUNTINGTON, 1997, p. 229). O seguinte quadro é construído:

A América Latina está culturalmente mais próxima [que a África] do Ocidente. Durante os anos 80 e 90, seus sistemas político e econômico passaram a se parecer cada vez mais com os ocidentais. Os dois países latino-americanos que em certo período buscaram obter armas nucleares abandonaram essas tentativas. Apresentando níveis mais baixos em geral do que qualquer outra civilização, os latino-americanos podem não gostar da dominação militar dos Estados Unidos, mas não demonstram nenhuma intenção de contestá-la. [...] As principais questões conflituosas entre a América Latina e o Ocidente, esse último significando na prática os Estados Unidos, são imigração, drogas, terrorismo relacionado com drogas, e integração econômica. (HUNTINGTON, 1997, p. 304)

Sobre a religião, Huntington (1997, p. 304) alega aproximação com Estados Unidos,

---

<sup>24</sup> Como exemplo de organizações econômicas culturalmente mais homogêneas que estavam progredindo, o autor cita o Grupo Andino e o Mercosul. Como exemplo de problemas em integração gerados por diferenças culturais, coloca-se o caso do Japão que, por ser um país “isolado”, tenderia a isolar-se economicamente também. (HUNTINGTON, 1997, p. 164).

com ascensão do protestantismo, e distanciamento da Europa latina com queda relativa do catolicismo):

A rápida ascensão do protestantismo em muitas sociedades latino-americanas está, ao mesmo tempo, tornando-as mais parecidas com as sociedades com um misto de católicos e protestantes do Ocidente e expandindo os laços religiosos entre a América Latina e o Ocidente além daqueles que passam por Roma.

Sobre a integração econômica com “o Ocidente”, o autor desenvolve olhar cético:

Como indicam os problemas que surgiram com respeito à participação do México no NAFTA, o casamento entre civilizações latino-americana e ocidental não será fácil, [...] podendo jamais se concretizar. (HUNTINGTON, 1997, p. 304).

Ainda que as diferenças entre Ocidente e América Latina reduzem-se ao serem comparadas com as diferenças entre outras civilizações, ambas civilizações apresentam diferenças cuja não observância consiste em um erro penoso cometido por algumas lideranças. Pela ótica civilizacional de Huntington, o apoio norte-americano ao Reino Unido durante a Guerra das Malvinas (1982) é um dos casos na história em que se traçou a linha entre Ocidente e América Latina, sepultando o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca<sup>25</sup>. O apoio do Brasil à Argentina, com empréstimo de aviões de monitoramento, também seria coerente à lógica identitária civilizacional presente em *O Choque de Civilizações*.

Duas possibilidades são apresentadas para o porvir da América Latina: ou (1) configura-se como sub-civilização fortemente ligada à civilização ocidental ou (2) consolida-se como civilização independente. Huntington (1997, p. 397) era mais favorável à ideia da constituição da América Latina como subcivilização<sup>26</sup>, conforme se observa:

Para preservar a civilização ocidental ante a um poderio ocidental em declínio, é **do interesse dos Estados Unidos e dos países europeus** [...] estimular a ‘ocidentalização’ da América Latina e, no máximo que for possível, um **estreito alinhamento dos países latino-americanos com o Ocidente**. (grifos nossos).

Acomodando a perpetuação da condição de “órfã” da região, o autor propõe uma reforma no Conselho de Segurança das Nações Unidas que previsse um assento permanente por civilização — à América Latina, porém, esse assento seria ocupado de forma rotativa pelos Estados da região, com eleições realizadas pela Organização dos Estados Americanos.

<sup>25</sup> Tratado de defesa mútua celebrado em 1947 entre diversos países americanos reunidos na Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e da Segurança Continentais.

<sup>26</sup> Compreendemos que os interesses específicos a que o autor respondia na época da construção de *O Choque de Civilizações* e as circunstâncias da época talvez favorecessem essa alternativa mais do que se faria uma análise mais cética e a conjuntura atual como pano de fundo.

(HUNTINGTON, 1997, p. 405).

À segunda alternativa apresenta-se o problema de suposta ausência de Estado núcleo. Segundo o autor:

Tamanho, recursos naturais, população, capacidade militar e econômica qualificam o Brasil para ser o líder da América Latina e é concebível que ele possa vir a sê-lo. Entretanto, o Brasil está para a América Latina como o Irã está para o Islã. Embora tenha outras boas qualificações para ser um Estado-núcleo, há diferenças subcivilizacionais (religiosas no caso do Irã e linguísticas no caso do Brasil) que tornam difícil para ele assumir esse papel. (HUNTINGTON, 1997, p. 167).

Para a região latino-americana, não contar com um Estado-núcleo significaria ter sua autonomia gravemente comprometida. Uma subcivilização latino-americana seria a manutenção da condição periférica histórica da região <sup>27</sup>, que continuaria a depender de Estados estrangeiros como “ordenadores”, “provedores de disciplina” e “fontes de irradiação de cultura”. Segundo o autor:

Quando as civilizações carecem de Estados-núcleos, os problemas de criar ordem no seio dessas civilizações ou negociar a ordem entre civilizações se torna mais difícil. [...] A ausência de Estados-núcleos tanto na África como no mundo árabe complicou enormemente os esforços por resolver a continuada guerra civil no Sudão<sup>28</sup>. Por outro lado, onde existem Estados-núcleos, eles constituem os elementos fundamentais da nova ordem internacional baseada nas civilizações. (HUNTINGTON, 1997, p. 195).

Por fim, a principal preocupação do autor, a qual está presente na maior parte da obra analisada, consiste no “alerta” sobre o alegado “Choque de Civilizações”<sup>29</sup>. Tal choque se daria quando os atores do sistema internacional, identificados pela bandeira civilizacional (a mais ampla possível por definição), entrariam em conflito com atores de outras civilizações. Securitiza-se sobretudo a possibilidade de guerra entre ocidentais e islâmicos ou entre ocidentais e sínicos. Assim, vamos nos ater ao arcabouço teórico construído, buscando instrumentalizá-lo e operacionalizar seus conceitos em pesquisas pró-União Sul-Americana

<sup>27</sup> Sobre os resultados de tal posição periférica histórica, ver Galeano (1989) e Guimarães (2002).

<sup>28</sup> A história do Sudão parece corroborar a teoria de Huntington, constituindo-se em um caso de “país dividido” entre civilizações “islâmica” e “subsaariana”. A ausência de Estados-núcleos em ambas essas civilizações agravariam e tornariam mais violenta a crise no país, impelindo nações de fora da região a buscarem intervir e mediar o conflito de interesses. Ainda, conforme Huntington previu às nações divididas, o separatismo ganhou força e culminou com a autonomia em 2005 da região sul do antigo país e independência em 2011.

<sup>29</sup> O autor busca alertar sobre os perigos que duas civilizações apresentariam ao Ocidente: primeiro a civilização sínica – com a afirmação agressiva e centrada de sua identidade – e, segundo, a civilização islâmica – com o desfecho intrusivo a que conduziria o seu *boom* demográfico. Durante a realização desse trabalho, deparamo-nos com a questão do porquê do trabalho de Huntington ter sido tão bem aceito em sua época (última década do século XX). Parece-nos que, independente das intenções do autor, sua obra serviu de forma a preencher o vácuo teórico no pensamento político norte-americano deixado pela derrocada da União Soviética. A América bélica e conservadora carecia de novos inimigos a lhe darem força e coesão – Huntington indicou “os outros” (sobretudo chineses e árabes). Parece válido que se investigue o que precedeu: *O Choque de Civilizações* de Huntington ou o choque das civilizações de fato? Huntington “receita” ou “diagnostica” o choque?

propostas no próximo capítulo.

### 2.3 Críticas e atualizações à Huntington no que tange o caso sul-americano

Aproximando *O Choque de Civilizações* da atualidade, identificamos algumas constatações importantes a serem feitas. Primeiro, o projeto encaminhado para a região não prioriza a agregação da América Central e do Caribe, atraídos fortemente pelos EUA. Assim, a identidade latino-americana perde relevância prática frente à identidade sul-americana. Segundo Kunrath (2010, p. 29):

Na década de 1990, o Brasil consolidaria o conceito de América do Sul, fugindo do conceito amplo e vago de América Latina. Com isso, definia-se a área onde o Brasil buscaria consolidar sua influência e liderança, reconhecendo a supremacia estadunidense na América Central e no Caribe.

Carvalho (2009) sustenta ideia análoga:

A política externa brasileira [...] reavaliou, de acordo com as mudanças no cenário nacional, regional e mundial, os caminhos de seu projeto de integração regional, que ao longo desses anos deslocou-se do horizonte do Cone Sul para o da América do Sul. [...] Assim, a identidade regional do Brasil, e seu consequente horizonte de integração, que já foi pan-americana, passou a ser latino-americana a partir da Cepal, centrou-se no Cone Sul quando da criação do Mercosul, e passou, a partir das dificuldades apresentadas pelo bloco, a ser **sul-americana. Essa mudança de perspectiva foi a resposta da PEB às contingências do contexto internacional ao longo dos anos, de maneira a manter-se fiel ao projeto brasileiro de integração regional como base para afirmação de sua inserção internacional.** (CARVALHO, 2009, p. 14, grifos nossos).

Portanto, para fins de análise, a identidade coletiva desejável para a diplomacia brasileira passa a ser a sul-americana. Feita essa consideração, podemos avançar à próxima. Huntington apresentou a possibilidade de absorção ou dissolução da civilização latino-americana marcadamente pela ausência de Estado-núcleo. Na realidade, não há mais dúvida sobre a proeminência do Brasil como líder regional. Huntington sobrevaloriza a distância cultural entre o Brasil e seus vizinhos, a qual, segundo o autor, se da sobretudo pelas diferenças linguísticas. As diferenças idiomáticas entre o português e o espanhol são, na verdade, relativamente sutis, não devendo gerar constrangimentos para a ascensão do Brasil como líder regional legítimo a prover ordem de maneira eficiente.

Ademais, em *O Choque de Civilizações*, Argentina, Brasil, México e Venezuela competiriam são cotados para a liderança da região. Analisando essas possibilidades, de

antemão, excluímos o México. Engolfado progressivamente pelo NAFTA conforme avançou a década de 1990, o país não conta mais com margem de ação para exercer liderança regional.

Quanto à Argentina, sucessivas crises econômicas, sociais e financeiras a impossibilitaram de seguir competindo. Segundo Khanna (2008, p. 220), “a Argentina também se transformou numa espécie de caso previdenciário geopolítico, mal se aguentando nos próprios pés, e muito longe, portanto, de recuperar sua antiga posição de liderança.”

A Venezuela, ao deixar a Comunidade Andina de Nações em 2006 e buscar associação ao Mercosul, associou-se ao projeto de integração brasileiro. Ainda que sua influência consista em nova força a ser considerada, o peso econômico superior do Brasil tende a se traduzir em primazia política<sup>30</sup>. Como se sabe, o PIB brasileiro é superior, e a economia brasileira é mais madura (diversificada)<sup>31</sup>.

Após a análise de Huntington, muitos passos foram dados pelos governos sul-americanos em direção à institucionalização de uma aproximação política subcontinental, passos esses que se tornaram mais relevantes a partir do início do século (*O Choque de Civilizações* foi publicado no final da década de 1990). Emblematicamente temos a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) em 2000, a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) em 2004, e a elevação da CASA ao nível de União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) em 2008. A aproximação da região, ao sair do plano das intenções, torna-se uma realidade de aspectos factuais incontestáveis.

---

<sup>30</sup> Cardoso (2010, p. 134) desenvolve olhar realista sobre as relações entre Brasil e Venezuela entre 2003 e 2008: “A teoria realista serve quase integralmente para explicar a cooperação entre Brasil e Venezuela no período. Com efeito, a cooperação foi bastante assimétrica e beneficiou quase exclusivamente o país com os maiores recursos econômicos e militares (o Brasil). No setor petrolífero, a Petrobras firmou parceria com a PDVSA para explorar reservas de combustível fóssil na Plataforma Deltana, Faixa do Orinoco e Golfo da Venezuela. Essas iniciativas se referem apenas à prospecção de jazidas venezuelanas e não tiveram como contrapartida a participação da PDVSA em projetos semelhantes no Brasil. No comércio, o Brasil aproveitou as crises venezuelanas de produção e abastecimento de gêneros alimentícios para multiplicar em mais de oito vezes a quantidade de mercadorias exportadas para aquele país entre 2003 e 2008. Esse processo não foi acompanhado de um crescimento semelhante das importações, o que gerou um desequilíbrio da balança comercial e muitas reclamações da parte venezuelana. No setor de infraestrutura, empresas brasileiras como Odebrecht e Andrade Gutierrez conquistaram grandes contratos de construção civil na Venezuela (as obras de expansão de expansão do metrô de Caracas, por exemplo, têm um custo estimado superior a US\$6 bilhões) sob a influência das boas relações políticas bilaterais. Mesmo assim, essa situação não parece ter garantido oportunidades semelhantes no mercado brasileiro à iniciativa privada venezuelana” (grifos nossos). Vale lembrar que se trata de um olhar realista, que pressupõe soma zero na relação entre os países, não considerando importantes projetos de cooperação **com benefícios para ambos os países** que vêm sendo levado a cabo, os quais fortalecem um positivo padrão de interdependência complexa (CARDOSO, 2010, p. 135).

<sup>31</sup> Em 2010, o PIB nominal do Brasil foi de US\$ 2.088 bilhões, cerca de nove vezes superior ao da Venezuela de US\$ 233,1 bilhões (BRASIL. MRE/DPR/DIC, 2011). Ademais, considera-se que a dependência Venezuelana a uma *commodity* (petróleo) põe o país em condição de fragilidade/dependência externa.

### 3 AUTOIMAGENS NACIONAIS E POLÍTICA EXTERNA

Neste capítulo, apresentaremos as contribuições teórico-conceituais providas no artigo *When Identity Matters: State Identity, Regional Institution-Building, and Japanese Foreign Policy* produzido por Kuniko Ashizawa (2008), pesquisadora da Universidade Oxford Brookes. A autora desenvolve olhar sobre influência de autoimagem nacional percebida por líderes na elaboração da política externa de seus países. Como a autora objetiva a análise da política externa do Japão, atemo-nos a resgatar o arcabouço conceitual-analítico construído, apresentando conceitos e modelo de análise.

#### 3.1 Conceitos de identidade

A ideia de identidade surgiu primeiramente nos postulados da lógica formal de Aristóteles<sup>32</sup>, sendo desenvolvido por diversos campos de ciências sociais a partir de meados do século XX. O termo identidade foi desenvolvido no campo da psicologia a partir dos anos 1940 e logo foi evocado por estudos nos campos da sociologia e da antropologia. Na ciência política, ganhou importância após os anos 1960 com a revolução behaviorista.

Na psicologia, identidade consiste na “imagem de individualidade e distinção (o si próprio) mantido e projetado por um ator.” (JEPPERSON et al. apud ASHIZAWA, 2008). Trata-se de conceito plural — cada ator processa diversas identidades simultaneamente<sup>33</sup>, concebendo-as e as manifestando através da interação com outros por experiências sociais e por vezes em resposta à ação de fatores ambientais (como malha institucional). É um processo subjetivo envolvido nas raízes da autocompreensão de um ator.

Nas relações internacionais, estudos que evocaram conceitos de identidades ganharam importância a partir de meados dos anos 1990<sup>34</sup> sobretudo pela ascensão do *construtivismo*, escola que foca nas interações sociais entre os Estados e como essas interações moldam as

---

<sup>32</sup> Ver *Metafísica* (ARISTÓTELES, 2002, p. 145).

<sup>33</sup> Exemplos de identidades processadas simultânea e inconscientemente por indivíduos: “sou brasileiro, sou gaúcho, sou apoiador do Partido Progressista, sou porto-alegrense, sou gremista, sou católico” etc. ou “sou curda, sou mulher, sou descendente de turcos, sou cidadã alemã, sou membro do parlamento europeu” etc.

<sup>34</sup> Para uma comprovação empírica desse fato, ver HOROWITZ (2002). O autor analisa a produção de oito periódicos sobre relações internacionais entre 1990 e 2002 e observa aumento significativo nos artigos sobre identidade a partir de 1995 marcadamente.

suas identidades, interesses e valores <sup>35</sup>. Geralmente, autores da escola construtivista incorporam da psicologia conceitos para definir o comportamento dos Estados. Ademais, a importância de identidades é reconhecida, em maior e menor grau, entre estudiosos das relações internacionais de outras escolas, como a escola realista de Samuel Huntington. Ashizawa (2008, p. 572) apresenta uma listagem exaustiva de diferentes abordagens dadas por acadêmicos da área das relações internacionais ao termo identidade, concluindo que há aceitação ampla da importância do mesmo.

Críticos da utilização do **conceito de identidade para fins de análise** <sup>36</sup> apontam para o fato de que seu uso é definido e aplicado de formas muito variadas pelos diferentes autores, sem rigor. A falta de delimitações claras acabaria o desqualificando ao torná-lo vago demais. Nesse sentido, Ashizawa (2008, p. 572) coloca:

A bibliografia crescente sobre identidade das últimas décadas não é, de forma alguma, monolítica. O conceito de identidade tem sido apresentado em várias maneiras e examinado por diferentes escopos que refletem as orientações teóricas e metodológicas de cada analista. (tradução nossa). <sup>37</sup>

Desse modo, observa-se necessidade patente de se delimitar melhor o termo, buscando-se compreender mais objetivamente de que forma as identidades influenciam a política internacional. Na maioria dos pesquisadores da identidade, a argumentação gira em torno de aceitação implícita ou explícita da **relação identidade-comportamento**, entendendo-se a identidade como fonte de comportamento dos atores e, assim, como fator fundamental.

Ashizawa desenvolve o conceito de identidade de Estado. A autora coloca que, “no sentido mais simples possível, a identidade de um Estado conota a concepção de o que é o país e o que ele representa.” (ASHIZAWA, 2008, p. 575). Trata-se de significado equivalente ao que Laura Neack (2008, p. 82) dá ao conceito de *autoimagem nacional* <sup>38</sup> (*national self-image*). As interações as quais os Estados experienciam procederiam de maneira similar à das

---

<sup>35</sup> Segundo Wendt (1994, p. 385), “construtivismo é uma teoria estrutural do sistema internacional que tem as seguintes prerrogativas: (1) Estados são as principais unidades de análise para teoria política internacional; (2) as principais estruturas nesses sistemas são intersubjetivas, não materiais; e (3) identidades de Estados e interesses são partes importantes construídas mais por essas estruturas sociais do que dadas exogenamente pela natureza humana ou por política doméstica.”

<sup>36</sup> Para identidade como fator de análise, ver Abdelal, Herrera *et al.* (2007).

<sup>37</sup> The growing literature on identity over the last decade is by no means monolithic. The concept of identity has been presented in various manners and examined through different scopes that reflect the analysts’ theoretical and methodological orientation.

<sup>38</sup> **Autoimagem nacional** (*national self-image*) – Segundo Hirshberg (HIRSHBERG apud NEACK, 2008, p. 86), “consiste, ao menos em parte, de estereótipos idealizados da nação representada que são culturalmente compartilhados e perpetuados” (tradução nossa. Original: “consist, at least in part, of idealized stereotypes of the ‘in-nation’ which are culturally shared and perpetuated”).

experiências de indivíduos:

Como identidades individuais, esse autoconceito de Estado, de identidade de Estado, frequentemente é domado e modificado através do tempo por relações e interações com outros Estados [...]. Ao mesmo tempo, elementos culturais e institucionais dos ambientes internos e externos do Estado também ajudam a construir um conceito de identidade de Estado. (ASHIZAWA, 2008, p. 575, tradução nossa).<sup>39</sup>

Não obstante, Ashizawa esclarece que, diferente de alguns autores construtivistas, não pretende “antropomorfizar” os Estados. Ela prefere evocar o fato de que quem constrói a política externa de um Estado são homens que os consideram seu agente (seus *policy makers*). Dessa forma, o que chama de “identidade de Estado” consiste na percepção que esses agentes têm do Estado que representam. Dessa forma, essa identidade não precisa ser compartilhada por indivíduos fora do processo de tomada de decisões sobre política externa, pois essa divergência de identidade não alteraria o comportamento do Estado.<sup>40</sup>

Para aceitarmos a abstração construtivista de incorporar às relações internacionais a psicologia, então, parece importante que delimitemos a identidade como aquela percebida pelos tomadores de decisão<sup>41</sup>. Como na psicologia, a identidade funciona como fonte de comportamento (*behavior*) dos atores. A identidade de um Estado seria a que determina o seu comportamento (ação política externa), qual seja, a identidade percebida pelos tomadores de decisão em política externa.<sup>42</sup>

---

<sup>39</sup> Like individual identities, such a self-concept of statehood, state identity, is often formed and modified over time through relations and interactions with other states [...]. Meanwhile, cultural and institutional elements of states' internal and external environments also help to construct a concept of state identity.

<sup>40</sup> Por exemplo: se historicamente a elite política turca via a Turquia como um Estado europeu, e a maioria da população turca via o seu país como um país islâmico, mais próximo do mundo árabe, a identidade do Estado turco continuaria favorecendo a ocidentalização do país, pois a visão da população não se refletiriam no comportamento do país. Exemplo dado apenas a fim de ilustração – não houve pesquisa e comprovações empíricas a respeito do tema.

<sup>41</sup> Os conceitos de identidade nacional coletiva e de Estado, porém, estão inter-relacionados na dinâmica do processo de tomada de decisões, variando conforme os sistemas políticos. Ashizawa (2008, p. 575) dá margem para tal informação ao colocar que elementos culturais e institucionais do ambiente interno de um Estado também ajudam a construir conceito de identidade do mesmo. No Brasil, por exemplo, há estudos que mostram valorização crescente de fatores como opinião pública na formulação da política externa (ver Faria, 2009), o que aumentaria as chances de que a identidade nacional coletiva gerasse valores incorporados na formulação da política externa.

<sup>42</sup> O termo não parece completamente adequado na medida em que, com uma mudança de governo de um país, parte de seus *policy makers* provavelmente muda, e por consequência pode mudar o que Ashizawa chama de *identidade de Estado*, ainda que apenas o governo tenha mudado. Dessa forma, se pensarmos que valores de uma identidade de Estado verdadeira devem contar com constância no país, transcendendo mudanças de governos (tais como *políticas de Estado*), o que Ashizawa analisa parece se tratar de uma *identidade internacional em política externa* (ou autoimagem nacional, como propomos antes). Apresentada essa ressalva, manteremos a denominação da autora a título de facilitação.

### 3.2 Identidade como fonte de comportamento dos Estados

Buscando interpretar logicamente as mudanças na política externa do Japão que permitiram a esse país maior ativismo na criação de organizações multilaterais em sua região no pós-Guerra Fria, Ashizawa (2008) articula um mecanismo essencial segundo o qual identidade torna-se fonte de comportamento dos Estados baseando-se no campo científico de **Análise de Política Externa**<sup>43</sup> e na filosofia das ciências sociais. Provendo a tal mecanismo a generalidade de que necessitam as ferramentas teóricas, a autora realiza contribuição importante, a qual pode ser aplicada à dinâmica identitária de outras regiões (proporemos, no próximo capítulo, a operacionalização de seus conceitos para aplicação no caso sul-americano).

Ashizawa desenvolve o chamado **quadro valor-ação** (*value-action framework*). Como grande parte dos analistas de política externa, a autora evoca o Estado como ator principal (para fins de análise, ator único). Ademais, o comportamento dos Estados é considerado como refletido unicamente por suas ações de política externa. A política externa de um país é tratada como variável dependente e a identidade como variável independente. (ASHIZAWA, 2008, p. 573).

De acordo com esse mecanismo, a identidade de um Estado (conforme percebida pelos tomadores de decisão do mesmo), pode prover um valor específico — algum tipo de predisposição a ações de algum tipo (pró-atitude). A predisposição pode determinar preferências aos dirigentes por algum tipo de ação de política externa em particular. Segundo a autora:

Tais ações de política externa variam consideravelmente, indo de discursos sobre política externa ao uso de força militar, dependendo da disponibilidade de opções, oportunidades, e outras necessidades circunstanciais e constrangimentos. É neste ponto que uma política externa de um Estado é reconhecida como ação concreta, e assim, como *outcome* de formulação de política externa. (ASHIZAWA, 2008, p.

---

<sup>43</sup> **Análise de Política Externa** – Subdisciplina das relações internacionais cujos estudos partem do pressuposto de que não só a estrutura internacional determina a ação diplomática, mas também fatores internos, consistindo a política externa em uma **política pública**. De fato, uma dinâmica interativa entre ambientes doméstico e internacional estaria por trás da política externa dos países. Para visão introdutória sobre essa área de estudos, ver *Introdução À Análise de Política Externa* (FIGUEIRA, 2011). Para maiores aprofundamentos, ver *The changing politics of foreign policy* (HILL, 2002), *Foreign Policy Analysis: Continuity and Change in Its Second Generation* (NEACK, HEY e HANEY, 1995), *Foreign policy analysis: classic and contemporary theory* (HUDSON, 2007) e *The new foreign policy: power seeking in a globalized era* (NEACK, 2008).

579, tradução nossa).<sup>44</sup>

Em outras palavras, as preferências enfrentam constrangimentos (que podem ser de ordem material) e provocam diferentes ações. O diagrama abaixo ilustra o modelo desenvolvido (FIG. 2).

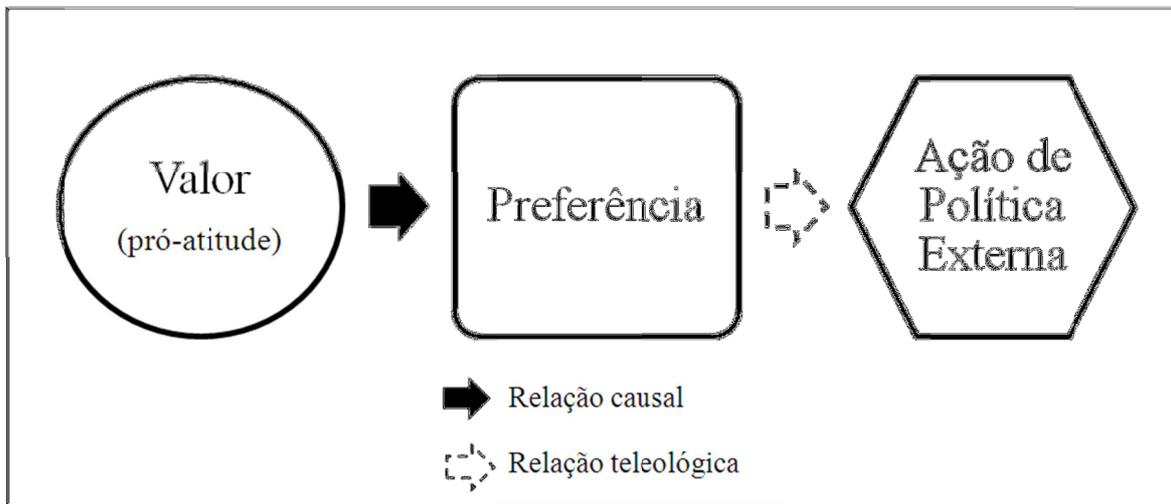


Figura 2 - Quadro Valor-Ação. Fonte: Ashizawa (2008, p. 579, tradução nossa)

A relação entre valor e preferência é causal pois, segundo a ortodoxia filosófica da teoria da ação, pró-attitudes e crenças em uma ação seriam a causa primária da ação do ator. A relação entre preferência e ação, porém, seria teleológica pois a ação é tomada objetivando atingir a preferência — a relação é “inversa”: o primeiro elemento (preferência) consiste no fim enquanto o segundo (ação) consiste no meio. (ASHIZAWA, 2008, p. 579-580).

Para tentar capturar a identidade de Estados conforme percebida pelos tomadores de decisão, o modelo prevê exame de entrevistas, discursos e documentos importantes de agentes da política externa. Para identificar quais dos elementos dessas manifestações correspondem à identidade do Estado representado, procura-se por constância: elementos identitários mais recorrentes podem ser partes integrantes da identidade de Estado. Por fim, admite-se certa margem para a interpretação do analista, o que desaponta os analistas mais matemáticos, que buscam relação causal mais objetiva. (ASHIZAWA, 2008, p. 576).

Por exemplo, analisando documentos de tomadores de decisão japoneses no contexto pós-Guerra Fria, a autora identificou dois valores principais oriundos de uma noção de

<sup>44</sup> Such foreign policy actions vary considerably, ranging from foreign policy speeches to the use of military force, depending on the availability of policy options, timeliness, and other circumstantial necessities and constraints. It is at this point that a state's foreign policy is recognized as a concrete action, and thus, the outcome of foreign policymaking.

autoimagem nacional japonesa carregada pelos líderes: “o primeiro valor é 'reassegurar países asiáticos sobre o ativismo do Japão (o valor de 'reasseguração') e o segundo valor se refere a 'manter os EUA na Ásia' (o valor 'EUA-dentro').” (ASHIZAWA, 2008, p. 587, tradução nossa).<sup>45</sup> A autora explica:

O primeiro valor é “reassegurar a países asiáticos sobre o ativismo do Japão (o valor de “reasseguração”) e o segundo valor se refere a “manter os EUA na Ásia” (o valor “EUA-dentro”). [...] O primeiro valor, o da reasseguração, surge da concepção dos tomadores de decisão japoneses de que seu país fora um “antigo agressor na Ásia”. [...] É uma identidade negativa, e muitos dos cidadãos japoneses talvez não concebiam essa autoimagem nacional em seu dia a dia. Ainda assim, para aqueles responsáveis pela política externa do país, essa concepção de autoimagem como antigo agressor tornou-se profundamente arraigada em seu pensamento, já que ocasionais interações difíceis com seus vizinhos, atribuídas às agressões japonesas passadas, serviam como lembrete constante. (ASHIZAWA, 2008, p. 587, tradução nossa).<sup>46</sup>

Quanto ao segundo valor:

O valor “EUA-dentro” surge de outro conceito de autoimagem nacional compartilhado amplamente entre tomadores de decisão em política externa japoneses [...]. É uma concepção de “único membro do Ocidente na Ásia” — um país com dupla filiação na Ásia e no Ocidente. Nesta autoconcepção, o Ocidente seria um grupo de países industrializados altamente avançados, o que se contrasta simbolicamente com a noção de Ásia. (ASHIZAWA, 2008, p. 589, tradução nossa).<sup>47</sup>

É importante que se identifique quando é a identidade, e não outros fatores, que determinaram determinada ação em política externa. Ashizawa coloca que geralmente existe um ambiente político complexo no qual múltiplos valores coexistindo em determinado contexto político<sup>48</sup>. Antes de gerarem alguma preferência, esses valores passam por um mecanismo de “processamento de valores” (*value processing mechanism*), quando um valor ou mais se torna dominante e gera preferência ao ator (FIG. 3). Como nem todos os valores são oriundos da noção de autoimagem nacional mantida pelo ator, a identidade importa nas

<sup>45</sup> The first value is “reassuring Asian countries about Japan’s activism” (the “reassurance” value, hereafter) and the second value refers to “keeping the US in Asia” (the “US-in” value).

<sup>46</sup> The first value is “reassuring Asian countries about Japan’s activism” (the “reassurance” value, hereafter) and the second value refers to “keeping the US in Asia” (the “US-in” value). [...] The first value, the “reassurance” value, emerges from the Japanese policy-makers’ concept of their country as “a one-time aggressor in Asia. [...] It is a negative identity, and many of the Japanese public may not conceive of this particular state identity in their daily life. Yet, for those responsible for the country’s foreign policy, this conception of self-image—a one-time aggressor became deeply embedded in their thinking, as occasional thorny interactions with the neighboring countries, attributed to the country’s past aggression, served as a constant reminder.

<sup>47</sup> The second value, the “US-in” value, arises from another concept of state identity shared widely among Japanese foreign policymakers [...]. It is a conception of “a sole member of the West in Asia” — a country with dual membership in Asia and the West. In this self-conception, the West stands for a group of highly advanced industrialized countries, and it is often symbolically placed against the notion of Asia.

<sup>48</sup> Carlsnaes (apud ASHIZAWA, 2008, p. 580) denomina tal contexto de multiplicidade provável de valores como “complexidade de valores” (*value complexity*).

ocasiões específicas quando o(s) valor(es) dominante(s) após o processamento é(são) fruto(s) dela. Como o “quadro valor-ação” não aponta os valores em jogo, cada caso deve ser analisado empiricamente (ASHIZAWA, 2008, p. 591).

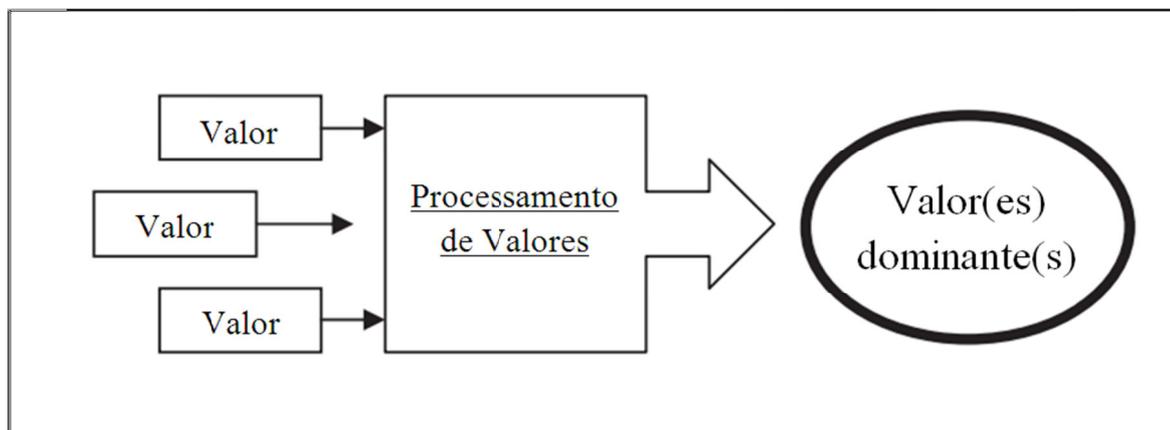


Figura 3 - Função de processamento de valores. Fonte: Ashizawa (2008, p. 580, tradução nossa)

As características de cada processo de tomada de decisão determinarão que valores se tornarão dominantes após o processamento dos mesmos. Sobre as ocasiões em que valores oriundos de autoimagem nacional se tornam valores dominantes, a autora conclui, admitindo que mais pesquisa seria necessária para aprofundamentos:

O tipo de contexto de tomada de decisão em que valores baseados em identidade têm mais chance de se tornarem proeminentes sobre outros inclui uma grande revisão de políticas (normalmente sobre uma nova liderança), uma grande formulação estratégica, uma concepção de nova ordem regional ou internacional, e uma formulação interativa de políticas com outros. Por outro lado, em outros tipos de contexto de tomada de decisão, como administração de crises e preparação para uma rotina de assuntos diplomáticos, alguns valores que implicam em consequências de menor prazo têm mais chance de se tornarem mais salientes que valores de implicações de longo-prazo, como aqueles baseados em aspectos de identidade. (ASHIZAWA, 2008, p. 592-593, tradução nossa).<sup>49</sup>

A pesquisa de Ashizawa se presta a compreender a dinâmica identitária das relações internacionais em nível individual, explicando a influência da identidade no comportamento dos atores. Em outras palavras, a análise da autora compreende a política externa dos Estados. No capítulo anterior, buscando compreender a dinâmica identitária do sistema internacional

<sup>49</sup> The type of decision making context in which identity-based values likely become prominent over other values includes a major policy review (usually under a new political leadership), a formulation of grand strategy, a conceptualization of international or regional order, and an interactive policy-formulation with a significant other(s). Conversely, in other types of decision making contexts, such as crisis management and the regular preparation for a routine diplomatic affair (for example, a G-8 summit meeting), certain values that hold short-term implications in their characters likely become more salient than other values of a long-term implication including the identity-based values.

como um todo, evocamos criticamente o olhar de Huntington sobre as estruturas desse sistema. No capítulo final, exploraremos a complementaridade dessas duas visões, comparando-as. Por fim, proporemos a operacionalização dos conceitos estudados em um programa de pesquisas envolvendo identidade e integração sul-americana.

## 4 DIÁLOGO ENTRE AUTORES PARA UM PROGRAMA DE PESQUISAS EM IDENTIDADE E AMÉRICA DO SUL

Neste capítulo, vamos realizar análise comparada do modelo de Ashizawa e da teoria de Huntington, apresentando em que pontos se complementam e ressaltando os seus pontos fracos e fortes. Considerando essas e demais reflexões teóricas feitas, apresentaremos sugestões para uma agenda de pesquisas que, tenha como ponto de partida os arcabouços analíticos estudados nas reflexões do trabalho, busquem soluções para o regionalismo sul-americano.

### 4.1 Comparando os autores

Ao se pôr em perspectiva os dois trabalhos referidos, uma série de diferenças chama a atenção. A pesquisa de Ashizawa, contudo, é parte de uma gama enorme de trabalhos de Análise de Política Externa, baseando-se também na filosofia das ciências sociais e mesmo em preceitos da escola construtivista. Huntington, por sua vez, desenvolve uma teoria baseada em suas observações e em preceitos do paradigma realista. Além disso, o texto analisado de Ashizawa foi publicado mais de uma década depois do de Huntington.

A semelhança mais evidente entre as obras consiste no fato de que ambas têm identidades no cerne de suas análises. Não obstante, Ashizawa desenvolve o conceito que ela chama de identidade de Estado — visão dos *policy makers* sobre seu país —, o qual preferimos chamar de autoimagem nacional, enquanto Huntington evoca a identidade cultural como cerne das civilizações.

Partindo dessas conceituações, os autores seguem por caminhos completamente diferentes, o que nos remete à constatação de outras diferenças. Quando Ahizawa investiga de que forma um valor identitário oriundo de um grupo de *policy makers* influi na ação deste mesmo grupo, ela abstrai a composição da sociedade que o *policy maker* representa. De fato, o seu objeto de estudo é o Estado. Huntington, por sua vez, ao buscar elementos os quais considera autóctones na sociedade, remete a uma análise mais ampla: o seu objeto de análise são as relações internacionais em si, ou as relações entre as sociedades em níveis agregados. Observemos tal diferença de abordagem:

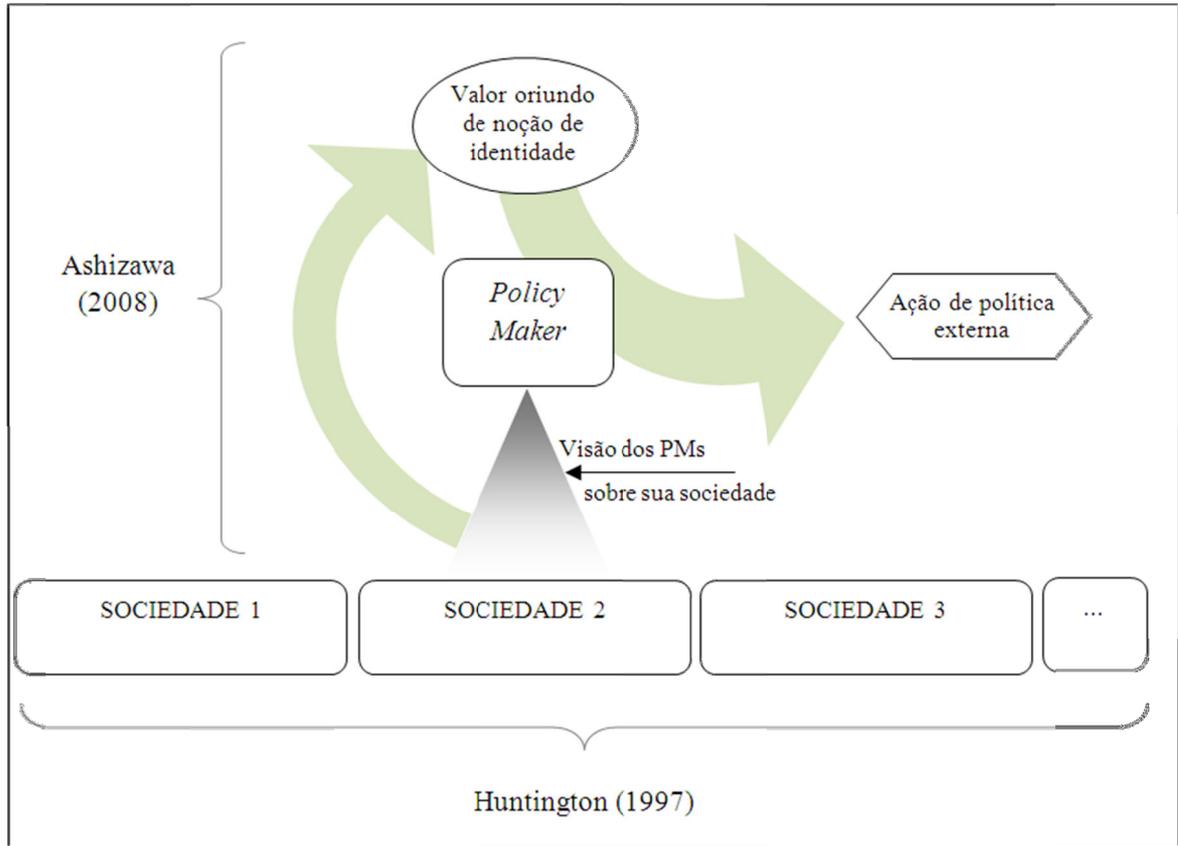


Figura 4 - Objetos dos estudos. Fonte: Criado pelo autor com dados extraídos de ASHIZAWA (2008) e HUNTINGTON (1997).

Os autores também se diferenciam em matéria de ângulos de análise. Ashizawa explica como noções de autoimagem nacionais podem originar comportamentos específicos nos mesmos. A autora, porém, não fornece visão ampla e global das consequências que essas tendências internas a cada Estado poderiam gerar. As civilizações observadas por Huntington abarcam Estados alinhados culturalmente, mas sua obra não detalha como se dá a relação identidade-ação no nível interno de tomada de decisões de cada Estado. Assim, há diferença e complementaridade também em escopo, Ashizawa trabalhando a nível individual e interno e Huntington a nível interestatal sistêmico (FIG. 5).

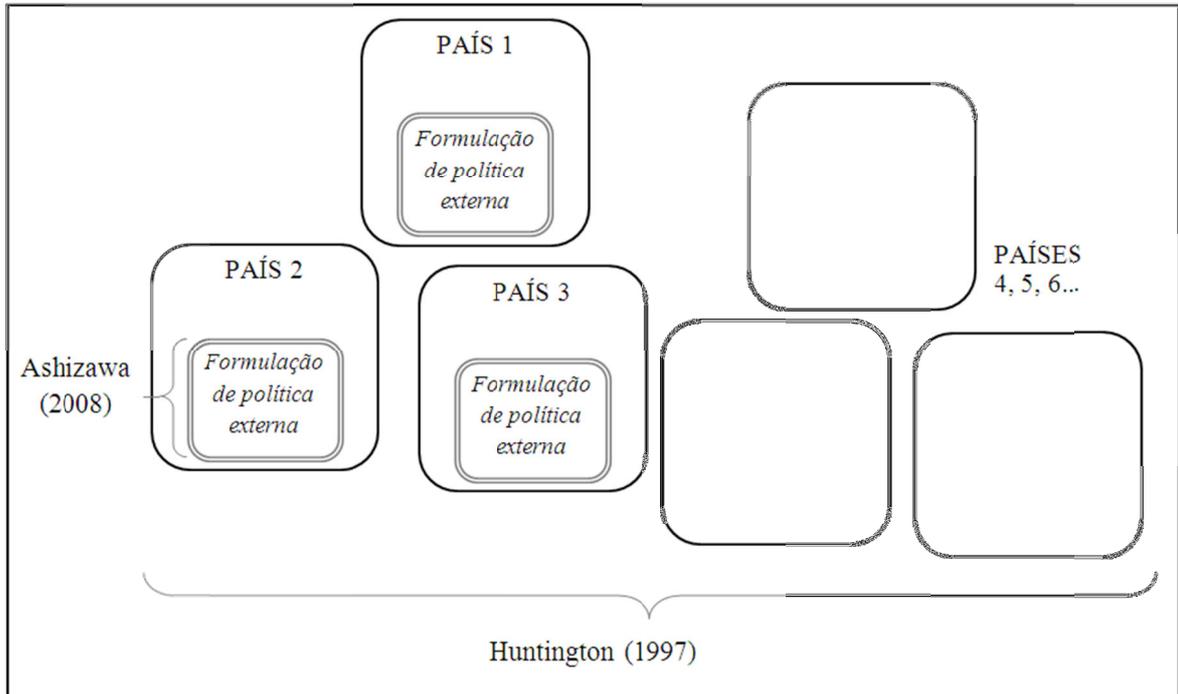


Figura 5 - Escopos de análise. Fonte: Criado pelo autor com dados extraídos de ASHIZAWA (2008) e HUNTINGTON (1997).

Concluindo, os dois autores também se complementam. Veremos agora como seus conceitos teóricos desenvolvidos poderiam ser operacionalizados com um intuito específico: a busca de soluções identitárias pró-integração sul-americana.

#### 4.2 Autoimagens nacionais, análise de política externa e a integração sul-americana

Para que avance o processo de integração previsto no ato constitutivo da UNASUL (UNASUL, 2008), é importante que os tomadores de decisão dos países signatários tenham em mente imagem sul-americana de seus países. Tal importância está ligada ao fato de que a supranacionalidade crescente das decisões implica em uma concepção de nova ordem regional por parte dos mesmos, consistindo em caso no qual valores oriundos de identidade geralmente tendem a se sobressair.

Dado que a autonomia inicial dos membros de um processo de integração implica que a vontade de cada um tenha importância chave, a posição de todos os países do subcontinente poderia ser trabalhada. A proposta exigiria análise individual de cada um dos países e aprofundada compreensão de seus processos de tomada de decisão, consistindo em fértil

terreno para novas pesquisas.

Aplicaremos o modelo no caso da Argentina para ilustrar como tal exercício analítico se daria <sup>50</sup>. Khanna (2008, p. 217) apresenta o passado da Argentina como “excelente lembrete de que o fato de um país estar no Primeiro ou no Segundo Mundo não é garantia de permanência.”. De fato, Lenz (2000, p. 122) lembra:

[Hoje] colocada na categoria dos países subdesenvolvidos e enfrentando os mesmos problemas dos mesmos, a Argentina da virada do século (XIX para XX) era um dos países mais ricos do mundo, sendo posicionada ao lado das economias mais avançadas, tais como os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália.

Segundo Mantovani (2006), a Argentina é um país de história tumultuosa, repleta de reviravoltas. Durante a maior parte da história independente dos países da América do Sul, a oposição ao Brasil esteve por trás dos vaivéns de orientação política internacional da Argentina, que “procurava posicionar-se em um esquema de alianças que fosse oposto ao do Brasil.” (MANTOVANI, 2006, p. 188).

Esse cenário começou a mudar para outro, de cooperação, com a parceria entre os governos militares para repreender movimentos esquerdistas internos (Plano Condor). A mudança fortaleceu-se com a assinatura da “Declaração de Iguazu” em 1985 e da Ata para a Integração Brasil-Argentina, que criou o Programa de Integração e Cooperação Econômica em 1986. Estava formado o Eixo Brasília-Buenos Aires que daria alento à integração da região institucionalizada a partir da década de noventa. (VISENTINI, 2008, p. 209).

Segundo Khanna (2008, p. 218), a história particular é acompanhada “de uma arrogância que beira o masoquismo.”. Uma autopercepção irrealista da capacidade do país pode ter sido um dos fatores que influenciaram o malfadado comportamento de excesso de confiança durante a abertura neoliberal dos anos 1990, com tentativa de equiparação do peso ao dólar, que acabou com a quebra em 2001.

Arraigado na percepção de que os tomadores de decisão argentinos têm de seu país,, parece haver recorrência de dois valores de autoimagem nacional: “vítima” e “antiga potência”. A sensação nostálgica de “antiga potência” refere-se à glória passada que Lenz (2000) denomina como “*Belle Époque* argentina”, a qual perdurou sobretudo entre 1870 e 1930. Com a globalização, porém, revelaram-se as fragilidades da Argentina, culminando com a derrocada financeira de 2001. Tal crise, somada à questão das Malvinas, resultam autoimagem nacional de vítima mantida atualmente.

---

<sup>50</sup> Para aprofundamentos sobre o sistema político argentino, sua história, sociedade e instituições, ver Rojo (1998).

Sobre o sistema político Argentino, vale lembrar que é ao presidente que cabe direcionar as relações exteriores, constituindo-se, dessa forma, no principal tomador de decisão da nação. Segundo Rojo (1998, p. 95), “a instituição mais importante da República Argentina é o presidente [...]. Esta situação relevante se manifesta [...] na conversão do presidente em condutor político do povo argentino.”. Assim, desvendar a autoimagem nacional da Argentina que influencia a política externa exige invariavelmente contemplação de discursos, notas e outros documentos de autoria do(a) presidente. Corroborando a noção de vitimismo proposta, a presidente Kirchner manifestou recentemente:

Na realidade, fomos vítimas do que eu denomino ser conselho de Índias das experiências dos anos 90 das políticas neoliberais. Muito tempo passou desde o momento quando a Argentina possuiu a maior dívida, pelo menos até agora, de toda a história da humanidade, 160.000 milhões de dólares. [...] Às vezes, quando penso em todas as coisas por que passaram os argentinos e como o que aconteceu conosco atingiu a outros países em diferentes momentos, mas a nós ocorreu em nosso território, em nossa história e a nós; o baque econômico e social mais terrível de que se tem memória; temos ainda uma potência que exerce colonialismo em nosso país, o terrorismo internacional nos elegeram duas vezes como destinatário de seus ataques. É como se, se parar para pensar, concentramos todos os problemas, as tragédias e as misérias deste mundo em um só território. (ARGENTINA, 2011, tradução nossa).<sup>51</sup>

Parece uma forma de livrar a consciência do peso dos erros cometidos pelo país e internalizar o seu fracasso recente como algo imposto por entes externos, aliviando pressões políticas. Para fins de integração, esses elementos identitários podem ser instrumentalizados de modo que os *policy makers* em Buenos Aires vejam a integração da região como uma forma de salvaguardar a defesa e a soberania argentina, que sofre de terrorismo, colonialismo e “todos os problemas, as tragédias e as misérias deste mundo em um só território”. O aprofundamento da integração econômica, por sua vez, deve ser apresentado a Buenos Aires como a plataforma de inserção da economia argentina que poderia a remeter à sua Belle Époque de outrora.

Naturalmente, este foi apenas um esboço da aplicação do modelo, que careceria de análises aprofundadas do sistema político, identificando quais cargos/instituições determinam, em última instância, as ações de política externa em cada caso. Ademais, muitos outros

---

<sup>51</sup> En realidad habíamos sido víctimas de lo que yo denomino ser conejillo de Indias de las experiencias de los años 90 de las políticas neoliberales. Mucho ha pasado desde aquel momento de una Argentina que defaultó la deuda más grande, por lo menos hasta ahora, de toda la historia de la humanidad, 160.000 millones de dólares. [...] A veces cuando pienso todas las cosas que nos han pasado a los argentinos es como lo que les ha pasado a muchos países en distintas etapas, pero a nosotros nos ha pasado en nuestro territorio, en nuestra historia y a nosotros: la debacle económica y social más terrible de la que se tenga memoria; todavía también tenemos una potencia que ejerce colonialismo en nuestro país, el terrorismo internacional nos eligió dos veces como destinatario de sus ataques. Es como que si uno se pusiera a pensar, hubiéramos concentrado todos los problemas, las tragedias y las miserias de este mundo en un solo territorio.

documentos oficiais deveriam ser analisados de modo a captar melhor as intenções e os valores oriundos de autoimagem nacional.

De todo modo, a aplicação desse modelo nos demais países da região teria o potencial de construir arcabouço normativo para uma grande política de integração da região que considerasse as particularidades identitárias de cada Estado. O cerne de tal pesquisa seria a análise de documentos oficiais e discursos, os quais são encontrados em abundância nos sites de ministérios de assuntos exteriores dos países e em sites de organizações internacionais das quais o país pesquisado participa.

A título de facilitação, proporemos sugestões de fontes possivelmente úteis para tal programa de pesquisa. Para compreensão dos fundamentos e das instituições políticas do Brasil, do Uruguai e do Paraguai, recomendamos a leitura de Tavares (1998), De Sierra (1998) e Simón (1998) respectivamente. Cardoso (2010) elabora excelente panorama de Venezuela e Guiana na perspectiva de sua relação com o Brasil, incluindo, por vezes, trechos de discursos de autoridades desses países. Em Mantovani (2006, p. 163), há um panorama completo de todos os países do subcontinente, prestando-se como fonte suplementar. Em 2009, os países da Unasul informaram ao MRE brasileiro lista de obras chave sobre seus países, essas compreendendo as áreas de antropologia, ciência política, cultura e sociedade, economia e história <sup>52</sup>. Compilamos as obras sul-americanas mencionadas no referido catálogo no Apêndice A.

### **4.3 Identidade cultural, imaginário coletivo e a integração sul-americana**

Como vimos, aspectos de identidade cultural e coletiva são de importância chave para que se leve a cabo um processo de redefinição política. Interpretando a obra de Nye (2004), Huntington (1997, p. 111) observa acertadamente que “a cultura acompanha o poder.”. Não obstante, a análise do autor, ao alegar que elementos prévios como religião autóctone determinariam fatalmente a orientação civilizacional (e portanto de preferências políticas) de determinada sociedade, acaba contradizendo essa sua frase, parecendo propor que, para si, o poder acompanha a cultura.

---

<sup>52</sup> Tais obras foram inventariadas em catálogo publicado naquele mesmo ano (ver FUNAG, 2009). Essas obras parecem ser interessantes para melhor compreensão dos países da América do Sul, mesmo porque, como foram informadas pelos governos dos países, revelam de antemão parte da visão que seus governantes mantêm de seus países – o conceito de autoimagem nacional desenvolvido.

Aqui, evocamos a crítica que fizemos ao trabalho de Huntington: o autor parece menosprezar o papel específico da mediação da política na construção de valores. Em outras palavras, a importância determinante de supostos elementos autóctones nas sociedades parece exagerada. Na realidade, na base de cada sociedade há um caldo cultural vasto, plural e diverso em algum nível. Historicamente coube ao Estado dar lógica às múltiplas identidades existentes consolidando identidade coletiva que desse sustentação a sua soberania.

Para contribuir normativamente à integração sul-americana a partir do fundamento da teoria de Huntington — a atração entre sociedades culturalmente afins —, teremos que divergir da *rationale* de origens civilizacionais rígidas e autóctones propostas. Evocaremos a ideia de *Comunidades Imaginadas* de Benedict Anderson (2006) para desconstruir esses argumentos conservadores de Huntington e mostraremos a importância de pesquisas que normatizem a construção de uma identidade sul-americana.

A concepção de nações<sup>53</sup> como comunidades imaginadas foi desenvolvida por Benedict Anderson em *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (ANDERSON, 2006). Segundo o autor, a nação é uma comunidade imaginada, já que “mesmo os membros da menor nação nunca conhecerão a maioria dos demais membros, encontrá-los-ão, ou ao menos ouvirão falar deles, mas ainda assim persiste a ideia de comunhão na mente de cada um.” (ANDERSON, 2006, p. 6, tradução nossa).<sup>54</sup>

O autor segue afirmando que, de fato, praticamente todas as comunidades são imaginadas, e a nação é imaginada como limitada (por pressupor fronteiras e outras nações) e soberana (pois substitui a legitimidade das aristocracias de direito divino). As nações como comunidades imaginadas, assim, corresponderiam a projetos políticos, e não a raízes reais autóctones, como etnia, história e religião.

Na análise de Anderson (2006, p. 22-36), a imprensa desempenha papel determinante na formação de comunidades nacionais: a sua difusão da mesma gera simultaneidade, permite disseminação dos saberes e sua reprodutibilidade. Marcadamente, a imprensa permite a consolidação da comunidade nacional no **imaginário popular**<sup>55</sup>. Com as notícias nacionais circulando, se pode criar ideia de pertencimento no imaginário de membros de determinada comunidade que vivam em diferentes extremos do território da mesma. A mídia impressa, dessa forma, foi fundamental para a consolidação dos Estados-nacionais europeus na idade contemporânea.

<sup>53</sup> Nações e nacionalismos – ver Gellner (1983) e Hobsbawn (2008).

<sup>54</sup> The member of even the smallest nation will never know most of their fellow-members, meet them, or even hear of them, yet in the minds of each lives the image of their communion.

<sup>55</sup> Imaginário – definição no final da seção 2.1 do trabalho.

Tomando como base a obra de Anderson, Thiesse (1999)<sup>56</sup> sintetiza bem os principais pontos que cabem ser afirmados. Lembrando que a invenção da nação datava de cerca de dois séculos, a autora aponta alguns elementos normalmente desenvolvidos na construção de tais comunidades imaginadas: (1) leitura de história da população em questão como processo com continuidade, (2) heróis que personificam valores nacionais, (3) língua, (4) monumentos culturais, folclore e sítios históricos, (5) geografia distinta, (6) mentalidade distinta e (7) elementos pitorescos como costumes, culinária ou animais-símbolo. Essa lista seria basicamente prescritiva, já que se verifica ênfase sistemático em todos esses itens por nações que buscaram reconhecimento político. No século XX, arqueologia e antropologia física entraram na lista de ciências que poderiam ser acionadas para gerar argumentos pró-demandas nacionalistas.

Thiesse estava preocupada com a questão da identidade europeia a ser fundada<sup>57</sup>. Neste sentido, ela lembra que, ainda que a nação seja considerada como a única base legítima para o Estado durante o século XX, evoluções desse modelo durante o século XXI são possíveis e mesmo prováveis, o que, vale lembrar, serviria positivamente também para o caso da América do Sul. Nas palavras da autora:

Nações não são eternas. O vigor presente dos nacionalismos pode ser melhor explicado pelo fato de que a política ainda não alcançou a economia. A nação, no sentido moderno da palavra, apareceu em tempos em que uma enorme mudança econômica e tecnológica começava. Foi a força vinculante que permitiu o desenvolvimento de uma forma de organização política e social aos moldes dos impulsos que estavam transformando as vidas de populações inteiras. Agora outra mudança começa, para a qual a nação provavelmente não será mais apropriada. Não há nada de trágico nisso se a ideia de nação for substituída por uma nova força coesa que possa garantir democracia. (THIESSE, 1999, tradução nossa).<sup>58</sup>

Como exemplo das ideias de Anderson, desenvolveremos leitura da história do Brasil no que tange a construção da nação brasileira. A construção da identidade nacional ocorrido de forma vinculada aos contextos sociopolíticos por que passou o país. O divisor de águas da

---

<sup>56</sup> Ver também Thiesse (1999b).

<sup>57</sup> Interessante que se observe como é antiga a consciência, por parte dos estudiosos da Europa, da importância em se fundar identidade europeia sob pena de, caso contrário, ir-se por terra a integração daquele continente. É também instigante que, mesmo com décadas de estudos com tal foco, a Europa passe hoje por penosas crises identitárias, com surtos nacionalistas recorrentes e choques traumáticos quando na ocasião de contato entre populações de nações diferentes, com ondas de xenofobia aparentemente crescentes, o que sugere que mesmo estes esforços têm seus limites.

<sup>58</sup> Nations are not eternal. Nationalism's present vigour may be better explained by the fact that politics has not yet caught up with economics. The nation, in the modern meaning of the word, appeared at a time when an enormous economic and technological mutation was beginning. It was the binding force that permitted the development of a form of political and social organisation commensurate with the upheavals that were transforming the lives of whole populations. Now another radical mutation is beginning, to which the nation is probably no longer appropriate. There is nothing tragic in this, provided the idea of the nation is replaced by a new cohesive force that can guarantee democracy.

criação da nação brasileira está na centralização promovida pelo Estado Novo (1937-1945), quando o Estado passou a efetiva e intencionalmente fortalecer ideologias de identidade nacional e nacionalismo<sup>59</sup>. Oliven (1986) explica bem tal momento da história nacional:

A partir desta época é preciso repensar o país [...]. O nacionalismo ganha ímpeto e o Estado se firma. De fato, é ele que toma a si a tarefa de constituir a nação. Esta tendência acentua-se muito com a implantação do Estado Novo [...]. No plano da cultura e da ideologia, a proibição do ensino em línguas estrangeiras, a introdução da disciplina de Moral e Civismo, a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (que tinha a seu cargo, além da censura, a exaltação das virtudes do trabalho) ajudam a criar um modelo de nacionalidade centralizado a partir do Estado.

Dentre os eventos mais emblemáticos, temos a queima das bandeiras subnacionais, a qual estava prevista no artigo 2º da constituição do Estado Novo<sup>60</sup>, segundo o qual “a bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o país. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas. A lei regulará o uso dos símbolos nacionais.” (Nova Constituição, 1937, p. 3 apud Oliven, 1986). Na ocasião da queima das bandeiras, Francisco Campos, então ministro da justiça, declarou:

Bandeira do Brasil, és hoje a única. Hasteada a esta hora em todo o território nacional, única e só, não há lugar no coração dos brasileiros para outras flâmulas, outras bandeiras, outros símbolos. Os brasileiros se reuniram em torno do Brasil e decretaram desta vez com determinação de não consentir que a discórdia volte novamente a dividi-lo, que o Brasil é uma só pátria e que não há lugar para outro pensamento do Brasil, nem espaço e devoção para outra bandeira que não seja esta, hoje hasteada por entre as bênçãos da Igreja e a continência das espadas e a veneração do povo e os cantos da juventude. Tu és a única, porque só há um Brasil. (CORREIO DA MANHÃ, 1937, p. 3 apud OLIVEN, 1986).

Observamos, nesses trechos, que o Estado brasileiro perseguiu a maioria dos elementos simbólicos que Anderson (2006) elencou como essenciais para a imaginação de comunidades nacionais. Não havia lugar para outras bandeiras no coração dos brasileiros ou no projeto da elite industrialista burguesa que firmava o seu poder? Assim como os governos de muitas outras nações em formação o fizeram — como o da França, o da Itália etc. —, o governo brasileiro buscou suprimir as divergências culturais e linguísticas para consolidar seu

<sup>59</sup> Acredita-se que, no Brasil, o processo de afirmação identitária nacional foi realizado em dois tempos. A construção dos mitos fundadores em 1889 (República) e a sua imposição a partir de 1937 (caso analisado acima). Para o primeiro caso, ver *A Formação das Almas* (CARVALHO, 1990).

<sup>60</sup> O autor descreve a cerimônia articulada pelo governo Vargas: “Menos de um mês após a implantação do Estado Novo, Vargas mandou realizar a cerimônia da queima das bandeiras estaduais, que teve lugar na Esplanada do Russell no Rio de Janeiro, para simultaneamente comemorar a Festa da Bandeira (cuja celebração tinha sido adiada) e render homenagem às vítimas da ‘Intentona Comunista’ de 1935. Nesta cerimônia, que marca a nível simbólico uma maior unificação do país e um enfraquecimento do poder regional e estadual, foram hasteadas vinte e uma bandeiras nacionais em substituição às vinte e uma bandeiras estaduais que foram incineradas numa grande pira erguida no meio da praça, ao som do Hino Nacional tocado por várias bandas e cantado por milhares de colegiais, sob a regência do maestro Heitor Villa Lobos.” (OLIVEN, 1986).

projeto de nação coesa. Neste sentido, a história da nação brasileira, como a de muitas outras nações, comprova a importância da mediação política para a construção artificial de uma identidade nacional coletiva.

Assim, um bom problema para pesquisas normativas pró-integração sul-americana seria identificar de que forma e com quais instituições regionais poderia ser dada coesão ao caldo cultural sul-americano, respaldando e legitimando um aparato de governo em um ente sócio-político subcontinental de coesão crescente. A solução para tal problema deve envolver a criação de sistemas de comunicação integrados, com produção centralizada objetivando construir a percepção de cidadania sul-americana no imaginário dos povos e das Elites, promovendo sensação de pertencimento à comunidade regional que supere a sensação de pertencimento às unidades nacionais.

Como colocamos, a imprensa desempenha papel determinante na construção de comunidades imaginadas (ANDERSON, 2006, p. 22-36). A alternativa de construção de comunidade imaginada via radiodifusão parece corresponder atualmente de maneira análoga à mídia impressa da formação dos Estados nacionais a partir do final do século XVIII<sup>61</sup>. Ainda assim, que efeito o surgimento dos tipos modernos de mídia, marcadamente a internet, tem nessas dinâmicas sócio-político-identitárias. Da mesma maneira, a harmonização das legislações dos países no que diz respeito à circulação de bens culturais poderia gerar igual aproximação das sociedades<sup>62</sup>.

Essas sugestões são apresentadas aqui de forma hipotética, carecendo de aprofundamento. Mesmo que se comprove eficiência empírica do modelo via radiodifusão, por exemplo, tal alternativa consistiria mais em um meio para a construção da identidade regional do que na solução em si. Metas de aproximação cultural e linguística, releitura da história da região entre outras deverão ser encaminhadas intencional e ordenadamente. A educação cumpriria papel chave.

Para que o projeto de fortalecimento da identidade não gere receios de aculturação ou de “imperialismo cultural”, cabe melhor compreensão sobre os fundamentos sociais e políticos de cada país sul-americano. Assim, agregando elementos de identidades nacionais prévias, os valores da nova identidade contam com maior penetração nessas populações. Neste sentido, algumas fontes que apresentamos no final da seção 4.2 podem ser utilizadas — não mais para que se compreenda o processo de tomada de decisão, interessante na Análise de

---

<sup>61</sup> Ver Morley e Robins (1989).

<sup>62</sup> No âmbito do Mercosul, iniciativas como essa já existem, estando algumas em fase mais avançada e outras em fase mais incipiente. Para súpula (já um pouco desatualizada), ver Harvey (2001).

Política Externa, mas agora para compreensão dos fundamentos sociais e político dos países, esses consolidados através de suas histórias.

Concluindo, para que se normatize a construção de uma comunidade sul-americana forte e coesa no imaginário dos povos do subcontinente, serão necessários aprofundamentos de mais pesquisas específicas. Por ora, as identidades nacionais estão arraigadas demais nos imaginários coletivos, apresentando, na verdade, potencial para prejudicar a integração em determinados contextos de crise <sup>63</sup>. Assim, a solução consiste na busca de um plano centralizado, efetivo, amplo e democrático <sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> A experiência europeia demonstra que o não tratamento efetivo do problema da identidade regional pode dar margem a constrangimentos ao processo de integração, os quais se agravam em ocasiões de crise. Os fatos recentes comprovam esse ponto: os resultados negativos dos referendos realizados na França e nos Países Baixos que afundaram a Constituição Europeia em 2005 e as dificuldades para aprovação do Tratado de Lisboa em 2007 denotam a resistência dos cidadãos e a persistência da sensação de pertencimento a suas nações. Esses problemas revelam a *crise identitária* por que já passava a Europa antes da crise financeira de 2008. A chegada dessa agravou o quadro pré-existente, permitindo o cenário de escalada de nacionalismos que se observa hoje. Ver *The Crisis of Europe and European Nationalism* (FRIEDMAN, 2011).

<sup>64</sup> Centralizado para que uma liderança impossibilite a falta de coesão do bloco. Democrático para que não se incentive o que Buzan e Waeber (2003) denominam *securitização social* (reação de um Estado à ameaça cultural externa).

## 5 CONCLUSÃO

Questões de identidade influenciaram a política internacional e movimentos de integração sob novas estruturas político-organizacionais desde, no mínimo, a antiguidade. Assim, convencer um ateniense de que compartilhava identidade com macedônicos não foi tarefa fácil no século IV a.C. Posteriormente, Alexandre, o Grande, enfrentou séria resistência por parte de seus generais quando buscou pôr em prática o seu projeto de aproximação cultural entre gregos e orientais. Em meados do século XIX, décadas antes da unificação italiana, as semelhanças entre um burguês da Florença e um pastor calabrês eram pouco evidentes — hoje, a coesão da nação italiana consiste em um entrave para a unificação europeia.

Na América do Sul, conflitos de identidades nacionais construídas a ferro e fogo nos últimos dois séculos podem se tornar uma pedra no caminho da recém formada União das Nações Sul-Americanas. Questões identitárias têm potencial para prejudicar a pretendida construção de espaço de integração cultural, social, econômica e política enquanto cidadãos e líderes do subcontinente continuarem a se considerar como representantes de culturas fatalmente diferentes.

Crentes de que um estudo comparado de teorias que abordam o tema referido consistiria em contribuição importante no marco do estudo das relações internacionais, alçamos mão de tal método. Buscamos, como objetivo geral, compreender melhor como se dá a relação entre identidades e processos de integração regional; como objetivo específico, esforçamo-nos para contribuir com o debate sobre integração sul-americana.

No que diz respeito ao primeiro objetivo enunciado, direcionamos nossos esforços em dois sentidos. Por um lado, buscamos entender como valores oriundos de noções de identidade nacional influenciam o processo de elaboração de política externa de um país. Por outro lado, tentamos entender se fatores relacionados a identidades criariam tendências estruturais no sistema internacional. Em outras palavras, estudamos a influência de identidades em nível individual de Estado e global sistêmico.

De início, enfrentamos as conhecidas dificuldades conceituais para lida com nosso tema. Mostramos que a ideia de identidade surgiu primeiramente nos postulados da lógica formal de Aristóteles, e derivações conceituais foram enunciadas por diversos campos de ciências sociais a partir de meados do século XX. A partir dos anos 1940, a psicologia desenvolveu a identidade de indivíduos, a qual consiste na imagem de si próprio, em sua

individualidade e distinção, mantida e projetado por um ator. Termos como *identidade nacional* e *identidade cultural* foram desenvolvidos por cientistas políticos após a revolução behaviorista de 1960. *Identidade coletiva* é um termo genérico particularmente útil pois abrange qualquer tipo de identidade de grupo, podendo ser evocado para designar uma identidade entre povos de uma região, tal como a noção de *identidade regional*.

Ashizawa (2008) cunha o termo *identidade de Estado*: a imagem que os *policy makers* de um determinado Estado têm sobre o seu país também em sua individualidade e distinção. O termo não parece completamente adequado, pois, pela ótica da autora, a eventual mudança de *policy makers* de um país acarretaria mudança de *identidade de Estado*. O objeto de sua análise, assim, talvez sejam autoimagens nacionais em política externa. O modelo de análise da autora adapta às relações internacionais a identidade de indivíduos desenvolvida pela psicologia, seguindo preceitos da escola construtivista, a qual analisa a dinâmica social da relação entre os Estados. Por outro lado, o foco da autora nos *inputs* e *outputs* da formulação da política externa configura o seu trabalho no campo de *Análise de Política Externa*.

A autora propõe o seu modelo através do chamado quadro ação-valor. Ela explica que, em um processo de tomada de decisão, há uma série de valores coexistindo, sendo que parte deles é oriunda da autoimagem nacional mantida pelos tomadores de decisão. Todos os valores coexistentes passam por um processamento — sendo essa fase caracterizada pelos atributos de cada processo de tomada de decisão —, e um ou mais valores se tornam proeminentes, constituindo preferência para o tomador de decisão.

Por fim, a preferência pode provocar ação de política externa, ação a qual varia dependendo da disponibilidade de opções e outras necessidades e constrangimentos circunstanciais. Seguindo essa lógica, fica claro que nem sempre percepções de identidade geram ação, pois outros valores podem tornar-se predominantes após o processamento dos mesmos. De maneira hipotética, a autora sugere que valores baseados em identidade teriam chances maiores de se tornarem proeminentes em decisões de prazo maior — como grandes revisões de políticas — e chances menor de se tornarem proeminentes em decisões de prazo menor, como rotinas de assuntos diplomáticos.

Questões ligadas a identidades são centrais também na análise de Huntington (1997), que tem a vantagem de oferecer perspectiva sócio-identitária para análise em nível estrutural, abarcando a relação entre sociedades em níveis agregados. O autor apresenta o conceito de civilizações como o mais amplo nível de identidade cultural possível entre pessoas, o maior “nós” cultural possível antes da abrangência de toda a humanidade. Outro conceito importante é o de Estados-núcleo: principais fontes de irradiação de cultura da civilização. São os

Estados com capacidade de ordenar, com maior legitimidade, demais Estados do grupo.

Huntington identificou duas possibilidades para a “civilização latino-americana”: seria incorporada pela civilização ocidental ou se desenvolveria como civilização autônoma. Ao autor, a primeira opção, mais desejável aos Estados Unidos e aos países da Europa, parecia estar mais próxima de se tornar realidade. Hoje em dia, passado pouco mais de uma década, tal contexto mudou para a América do Sul: há independência crescente da região, que conta com algumas importantes instituições próprias de governança.

Evocando Anderson (2006), mostramos que Huntington parecia exagerar a imutabilidade das civilizações, pressupondo culturas rígidas determinadas por fatores autóctones. Anderson demonstra como se construíram as comunidades imaginadas. A fundação das nações no imaginário popular de seus povos, a partir do final do século XVIII, deu-se sobretudo pela ascensão da mídia impressa. Um papel de mediação de valores bem protagonizado pela política pode potencializar a aproximação das sociedades da América do Sul, levando o bloco ao ponto em que cumpriria efetivamente com os requisitos para que Huntington o classificasse como uma “Civilização Sul-Americana”. Assim, a construção de uma identidade sul-americana, através de instituições que efetivem tal lógica cultural, tem potencial para gerar identificação crescente nesse nível em detrimento do nível “latino-americano”, esse não mais priorizado pela diplomacia brasileira.

Comparamos os trabalhos de Huntington e de Ashizawa para melhor compreendê-los, explicitando as diferenças de abordagens. Primeiro, cabe notar que seus objetos de análise são diferentes: Ashizawa analisa como noções de autoimagem nacional mantidas por formuladores de políticas externa podem gerar preferências aos mesmos; Huntington, por sua vez, analisa a relação entre sociedades em níveis agregados. Os escopos de análise são igualmente diferentes: o modelo de Ashizawa compreende a dinâmica política interna de determinado Estado, enquanto a teoria desenvolvida por Huntington descreve o sistema internacional por inteiro.

Realizadas tais reflexões, atendemos nosso objetivo geral de compreender melhor como se dá a relação entre identidades e relações internacionais. Em seguida, propomos ideias de pesquisas com viés normativo que tenham como ponto de partida os arcabouços analíticos desenvolvidos e que contribuam para a consolidação da integração sul-americana.

A partir do estudo de Ahizawa (2008), sugerimos que seja feita análise da política externa dos países da América do Sul, a qual pode se dar em quatro grandes etapas. (1) Investigam-se os processos de tomada de decisão do país sul-americano analisado, buscando-se descobrir quem são os agentes responsáveis pela tomada de decisão em política externa em

determinado contexto; (2) analisa-se uma série de documentos oficiais, notas, discursos etc. de autoria dos tomadores de decisão buscando identificar elementos constantes por trás dos quais estariam noções de autoimagem nacional mantidas por esses agentes; (3) propõem-se noções de autoimagens nacionais com base nas análises realizadas; (4) busca-se identificar os pontos da identidade nacional mais compatíveis com o projeto de integração regional para que esses sejam posteriormente explorados.

Ilustrando a proposta, aplicamos a mesma no caso Argentino. Seguindo os preceitos de Análise de Política Externa sistematizados por Ashizawa, encontramos dois valores identitários de autoimagem recorrentes: “vítima” e “antiga potência”. A autoimagem nostálgica de “antiga potência” está ligada ao fato de que o país viveu uma *Belle Époque* entre 1870 e 1930, e tem a ver com a arrogância atribuída ao país por muitos autores, como Khanna. A autoimagem de “vítima” está ligada ao sentimento de traição do Ocidente ao país, que passou por uma derrocada econômica e financeira em 2001 (atribuída ao Consenso de Washington) e foi vítima de “imperialismo” nas Malvinas. Ademais, a autoimagem de vítima facilita a internalização da decadência nacional, que durou quase um século, havendo assim correlação entre as duas noções de autoimagem nacionais.

Propomos que a integração da região seja apresentada aos dirigentes argentinos como forma de salvaguardar a defesa e soberania argentina, que é vítima de “imperialismo” e de outros males. A integração econômica, em especial, deve ser apresentada como a plataforma de inserção da economia argentina que a remeterá à sua glória do início do século XX. Tais propostas são compatíveis com a identidade argentina percebida pelos tomadores de decisão e provavelmente têm grande poder de penetração cognitivo na sociedade argentina em geral.

Aplicando tal modelo aos doze países independentes da América do Sul, teríamos, como resultado, uma fotografia das autoimagens nacionais mantidas e projetadas pelos tomadores de decisão, ou um retrato das identidades internacionais dos países sul-americanos percebidas por seus governos vigentes. Por esse lado, a diplomacia brasileira pode apresentar a integração de modo mais aceitável a todos, abarcando as particularidades identitárias de modo estratégico.

A outra parte do programa de pesquisas proposto envolve identidade e relações internacionais. Abordando as sociedades em níveis agregados como fez Huntington, porém, deparamo-nos com a rigidez cultural que o autor atribui às mesmas. Evocamos Benedict Anderson (2006) para desconstruir os argumentos conservadores de Huntington. Como coloca esse autor, as identidades culturais das sociedades foram alteradas historicamente no imaginário das pessoas conforme projetos políticos. Construções de identidades coletivas se

deram por planos centralizados de educação e por obra de meios de comunicação.

No caso sul-americano, veículos de mídia a serviço da política poderiam fundar uma identidade coletiva sul-americana no imaginário popular dos cidadãos do subcontinente. Essa parece ser a ideia por trás da iniciativa brasileira do *Canal Integración*, de 2004, e da iniciativa venezuelana da *Sociedade Televisora del Sur* (TV Sur), de 2005. Projetos centralizados de planejamento educacional, promovendo aproximação linguística, poderiam ser igualmente efetivos.

Na realidade, a forma ideal pela qual a construção de uma identidade sul-americana se daria não é simples de ser identificada, óbvia ou intuitiva, consistindo em problema para pesquisa extensa e complexa. Atenção da comunidade acadêmica deve ser dada a esse problema ainda pouco explorado. Na América do Sul, nos processos de integração em que o Brasil está envolvido, algumas iniciativas de aproximação cultural vêm sendo encaminhadas de maneira tímida, como o Mercosul Cultural. Ainda que essas sejam importantes, o subcontinente carece de um plano centralizado e democrático de iniciativas de integração cultural que se as coordenem de modo estratégico, efetivo e objetivo, caminhando em direção à construção de uma identidade sul-americana no imaginário dos povos. Essa identidade daria a coesão de que a União Sul-Americana de Nações necessita para que avance em seus objetivos de criar uma zona de paz, prosperidade e cooperação na região do subcontinente.

Nosso estudo teórico comparado procurou estabelecer na América do Sul denominador comum para a aproximação de diferentes visões sobre regionalização e identidade. Deparamo-nos com uma máxima dialética: as identidades influenciam a política e a política influencia as identidades. As dinâmicas por trás de tal interação podem ser instrumentalizadas em prol da integração sul-americana em duas formas: adequando-se a imagem do projeto de integração às identidades já construídas ou se moldando identidade regional que gere valores pró-integração. Expostas aqui de maneira objetiva, tais propostas envolvem a questões complexas, sendo necessárias novas pesquisas que normatizem a sua execução.

## REFERÊNCIAS

ABDELAL, Rawi et al. **Measuring Identity: A Guide for Social Scientists**. Cambridge: Cambridge University, 2007.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. Fairfield: Verso, 2006.

ARGENTINA. **Discurso en la 66ª Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas en Nueva York**. Presidencia de la Nación. Nova Iorque, p. 7. 2011.

ARISTÓTELES. **A Política**. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Metafísica**. São Paulo: Loyola, 2002.

ASHIZAWA, Kuniko. When Identity Matters: State Identity, Regional Institution-Building, and Japanese Foreign Policy. **International Studies Review**, p. 571–598, 2008.

BOUDON, Raymond; ET AL. **Dicionário de Sociologia**. Tradução de António J. Pinto Ribeiro. 1ª. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990. ISBN 972-20-0809-9. Título original: Dictionnaire de la Sociologie.

BOUDON, Raymond; FRANÇOIS, Bourricaud. **A Critical Dictionary of Sociology**. [S.l.]: Taylor & Francis e-Library, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: [s.n.], 1988.

\_\_\_\_\_. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: [s.n.], 2008.

\_\_\_\_\_. **Dados básicos e principais indicadores econômico-comerciais**. MRE/DPR/DIC. Brasília. 2011. Divisão de Informação Comercial do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do Ministério das Relações Exteriores.

BRAUDEL, Fernand. **On History**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Power: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. 564 p.

CARDOSO, Rodrigo. **Cooperação internacional e segurança na fronteira norte**. 2010. 186 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre.

CARLSNAES, Walter. Foreign Policy. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. **Handbook of International Relations**. Londres: SAGE Publications Ltd, 2002. Cap. 16, p. 430-452. ISBN 0 7619 6304 9.

CARVALHO, Adilson S. D. **A evolução da política brasileira de integração regional: do**

Mercosul à Unasul. 2009. 74 p. Monografia (Conclusão de curso) – Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Brasília.

CARVALHO, José M. D. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 166 p.

CASTELLANO, Igor. **A influência da religiosidade nas políticas de defesa dos EUA e Brasil**. 2008. 111 p. Monografia (Conclusão de curso) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Graduação em Relações Internacionais, Porto Alegre.

CEPIK, Marco A. C. Do Estado Nacional ao Império Mundial? **Sociedade em Debate (UCPel)**, Pelotas, Abril 2001. 3-30.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 5-25, Dezembro 2003. ISSN 0034-7329.

COTTAM, Martha L. et al. **Introduction to political psychology**. Nova York: Psychology Press, 2010. 404 p. ISBN 0-203-84877-2.

DE SIERRA, Gerónimo. Sistema Político, Sistema de Partidos y Régimen Electoral en el Uruguay. In: TAVARES, José Antônio G.; ROJO, Raúl Enrique **Instituições políticas comparadas dos países do Mercosul**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 433-488.

DEMOSTENES. **Discursos**. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

DINIZ, Eugenio. **Relacionamentos multilaterais na unipolaridade**: uma discussão teórica realista. Belo Horizonte: PUC-MG, 2004.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. Lisboa: Presença, 1989.

\_\_\_\_\_. **O imaginário**: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

FARIA, Carlos Aurélio P. **O Itamaraty e a política externa brasileira**: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. Anais do II Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Rio de Janeiro: [s.n.]. 2009. p. 30.

FIGUEIRA, Ariane R. **Introdução À Análise de Política Externa**. 1ª. ed. São Paulo: Saraiva, v. 1, 2011. 208 p.

FRIEDMAN, George. The Crisis of Europe and European Nationalism. **STRATFOR Global Intelligence**, 13 Setembro 2011. Disponível em: <<http://www.stratfor.com/weekly/20110912-crisis-europe-and-european-nationalism>>. Acesso em: 24.10.11.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. 489 p. ISBN 853250129X.

FUNAG. **América do Sul e África: um olhar próprio.** Livros para conhecer os dois continentes. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 504 p. ISBN 97885731-166-9.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** 28<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 307 p.

GELLNER, Ernest. **Nations and nationalism.** Oxford: Basil Blackwell, 1983. 150 p. ISBN 0-631-12992-8.

GONZÁLEZ, José Luis N. Introducción. In: DEMÓSTENES **Discursos.** Madrid: Alianza Editorial, 1990. Cap. Introdução, p. 7-33.

GUIMARÃES, Samuel P. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional.** 4<sup>a</sup>. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002. 166 p. ISBN 8570256531.

HARVEY, Edwin R. **El Tratado de Asunción y el Mercosur Cultural: relación con otros procesos de integración regional.** Mercosur/Mercosul. The market & beyond (Austin, abril 26-28, 2001). Austin: The University of Texas at Austin: Teresa Lozano Long Institut of Latin American Studies. 2001. p. 20.

HILL, Christopher. **The changing politics of foreign policy.** Nova York: Palgrave Macmillan, 2002. 376 p.

HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições.** 6<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 316 p. ISBN 9788577530601.

\_\_\_\_\_. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.** 5<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. 230 p. ISBN 9788577530748.

HOROWITZ, Michael. Research Report on the Use of Identity Concepts in International Relations. **Harvard Identity Project,** 2002. Disponível em: <[http://www.wcfia.harvard.edu/sites/default/files/identity\\_use\\_of\\_horowitz.pdf](http://www.wcfia.harvard.edu/sites/default/files/identity_use_of_horowitz.pdf)>. Acesso em: 18 set. 2011.

HOUAISS, Instituto. **Dicionário Houaiss aa língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

HUDSON, Valerie. **Foreign policy analysis: classic and contemporary theory.** Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2007. 229 p.

HUNTINGTON, Samuel. **O Choque de Civilizações.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

\_\_\_\_\_. **Who Are We? The Challenges to America's Identity.** Nova Iorque: Simon & Schuster, 2004.

JEPPERSON; WENDT, Alexander.; KATZENSTEIN, Peter. Norms, Identity, and Culture in National Security. In: **The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics.**

JOHNSON, Alastair I. **Cultural realism**: strategic culture and grand strategy in Chinese history. Princetown: Princetown University Press, 1998. 322 p.

KHANNA, Parag. **O Segundo Mundo**: impérios e influência na nova ordem global. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008. 559 p. p.

KUNRATH, Bruna. **A construção da liderança brasileira e a integração regional sulamericana no século XXI**: subimperialismo ou cooperação? 2010. 76 p. Monografia (Conclusão de curso) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Graduação em Relações Internacionais. Porto Alegre.

LAFER, Celso. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira**: Passado, Presente e Futuro. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LENZ, Maria Heloísa. Auge e Início do Declínio da Economia Argentina. **Análise Econômica**, Porto Alegre, Março 2000. 121-140.

MANTOVANI, Maria da Graça H. **Tribunal Sul-Americano**: Uma Concepção Cibernética de Integração. Porto Alegre: [s.n.], 2006. 286 p. Dissertação (Mestrado em relações internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Porto Alegre.

MAQUIAVEL, Nicolo. **O Príncipe**. São Paulo: Escala, 2008.

MASAHISA, Fujita; KRUGMAN, Paul R.; VENABLES, Anthony J. **Economia espacial**: urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo. São Paulo: Futura, 2002. 391 p. ISBN 8574131237.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova Iorque: W. W. Norton, 2001.

MORLEY, David; ROBINS, Kevin. Spaces of Identity: Communications Technologies and the Reconfiguration of Europe. **Screen (Oxford Journals)**, Oxford, v. 30, n. 4, p. 10-34, 1989.

NEACK, Laura. **The new foreign policy**: power seeking in a globalized era. 2ª. ed. Lanham: New millennium books in international studies, 2008.

NEACK, Laura; HEY, Jeanne; HANEY, Patrick. **Foreign Policy Analysis**: Continuity and Change in Its Second Generation. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, Inc., 1995. 166 p. ISBN 0130605751.

NYE, Joseph. **Soft Power**: the means to success in world politics. New York: BBS Public Affairs, 2004.

OLIVEN, Ruben. O Nacional e o Regional na Construção da Identidade Brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 2, 1986.

PAGLIARI, Graciela. **Segurança regional e política externa brasileira**: as relações entre

Brasil e América do Sul. 2009. 281 p. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Brasília.

PECEQUILO, Cristina S. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 51, n. 2, p. 136-153, 2008. ISSN 0034-7329.

PLUTARCO. **Alexandre**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

ROJO, Raúl Enrique. El Sistema Político Argentino. In: ROJO, Raúl Enrique; TAVARES, José Antônio G. **Instituições políticas comparadas dos países do Mercosul**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 23-152.

SAID, Edward. The Clash of Ignorance. **The Nation**, 2001. Disponível em: <<http://www.thenation.com/article/clash-ignorance>>. Acesso em: 26 Setembro 2011.

SILVA, Alexandra D. M. E. Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, n. 2, p. 139-158, 1998. ISSN 0034-7329.

SIMÓN, José Luis. Sistema Político, Estado y Sociedad en el Paraguay del Autoritarismo Contemporáneo y en de la Transición y la Integración Democrática. In: TAVARES, José Antônio; ROJO, Raúl Enrique. **Instituições políticas comparadas dos países do Mercosul**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 349-432.

TAVARES, José Antônio G. O Sistema Político Brasileiro. In: TAVARES, José Antônio G.; ROJO, Raúl Enrique **Instituições políticas comparadas dos países do Mercosul**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 153-348.

THIESSE, Anne-Marie. Inventing national identity. **Le Monde diplomatique English Edition**, 1999. Encontrado em:. Acesso em: 19.out.2011.

\_\_\_\_\_. **La création des identités nationales: Europe XVIIIème**. Paris: Seuil, 1999b.

UNASUL. **Tratado constitutivo da UNASUL**. Brasília: [s.n.], 2008.

VISENTINI, Paulo G. F. O G-3 e o G-20: o Brasil e as novas coalizões internacionais. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, v. 2, 2006. p. 159-193.

\_\_\_\_\_. **As Relações Internacionais da Ásia e da África**. Petrópolis: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Brazil: National Identity and South American Integration**. First Academic Seminar of the IBSA Dialogue Forum. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2008. p. 207-229.

\_\_\_\_\_. América do Sul: espaço geopolítico prioritário do projeto nacional brasileiro. In: Aldo Rebelo; Luis Fernandes; Henrique Cardim. (Org.). **Política externa do Brasil para o século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003, v. , p. 183-211.

WATSON, Adam. **A evolução da sociedade internacional**: Uma análise histórica comparativa. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. 476 p. p. ISBN 85-230-0634-6.

WENDT, Alexander. Collective Identity Formation and the International State. **American Political Science Review**, Washington, 88, 1994. 384-396.